

A formação de um publicista:

Monteiro Lobato por Lobato

Thiago Alves Valente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALENTE, TA. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. ISBN 978-85-7983-107-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2

A FORMAÇÃO DE UM PUBLICISTA: MONTEIRO LOBATO POR LOBATO

“Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento.”

(“Missão”, Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo, 1997)

Ser neto de visconde pode implicar muitas coisas. Entre elas, a possibilidade de ter acesso a um mundo de leitura muito distante da maioria das crianças brasileiras do final do século XIX, e isso numa grande biblioteca de um casarão da cidade: “Estantes enormes, cheias de grossos tomos. Ainda era cedo para entendê-los, mas o menino adorava folhear a ‘Revista Ilustrada’, de Ângelo Agostini, ou a ‘Novo Mundo’, de J. C. Rodrigues. Uma coleção do ‘Journal des Voyages’, foi, no entanto, o seu maior encanto” (Cavalheiro, 1995, p.23).

A importância que as revistas ganhavam no incipiente e magro mercado nacional aparece na preferência das leituras de Lobato. É muito provável que nelas o menino tenha se encontrado com textos literários, mas também com os mais diversos gêneros textuais nos quais a filosofia e a ciência certamente não estavam ausentes. O *Journal des*

Voyages, por exemplo, aparece em carta de 20 de janeiro de 1904, a Godofredo Rangel (ABG, 1957, I, p.50-1):¹

A biblioteca do meu avô é ótima, tremendamente histórica e científica. Imagina que nela existem o *Zan-Avesta*, o *Mahabarata* e as obras sobre o Egito de Champollion, Maspero e Breasted; e o Larousse grande; e o Cantú grande; e o Elyseé Reclus grande; e inúmeras preciosidades nacionais, como a coleção inteira da *Revista Ilustrada*, do Angelo Agostini, a do *Novo Mundo* de J. C. Rodrigues e mais coisas assim. Há uma coleção do *Journal des Voyages* que foi o meu encanto em menino. Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava.

Voltando os olhos para as origens, não se pode esquecer que a região de Taubaté encontrava-se em um momento de progresso econômico visível da cafeicultura paulista. Dentre os sinais de desenvolvimento, os jornais são indícios da circulação do dinheiro nas comunidades urbanas. Não se pode afirmar, porém, que Lobato tenha sido assíduo leitor dos jornais locais. Mas seu envolvimento com tabloides estudantis parece indicar que o neto do visconde conhecia bem a função do veículo, ideal para provocar furor entre os colegas, desancar a oposição, divulgar as próprias ideias. Antes de ser o produtor de seus jornais, Lobato já se iniciara numa prática de destrinçar os periódicos em busca do que mais lhe agradava, rudimentar processo de conhecer as entranhas do objeto de leitura que tinha nas mãos:

Suas tendências iam todas para os livros, para as leituras. Arranjando um caderninho, gruda nele tudo quanto acha de mais interessante nos

1 Para evitar a repetição exaustiva dos títulos das obras, passa-se a referenciá-las pelas iniciais: *A barca de Gleyre* – ABG (I para o primeiro tomo; II para o segundo tomo); *A onda verde e o Presidente negro* – OV/PN; *América* – A; *Cartas escolhidas* – CE; *Cidades Mortas* – CM; *Conferências, artigos e crônicas* – CAC; *Idéias de Jeca Tatu* – IJM; *Mister Slang e o Brasil* – MSB; *Mundo da lua e miscelânea* – ML/M; *Na antevéspera* – NA; *Negrinha* – N; *O escândalo do petróleo e ferro* – OEPPF; *Prefácios e entrevistas* – PE; *Problema vital* – PV; *Urupês* – U. Usa-se NR para “nota de rodapé”.

jornais e revistas que lhe chegam às mãos. “Últimas palavras de alguns homens ilustres”, “Prelo histórico”, “Lenda árabe”, “As minas de carvão”, “Circulação de trens”, “Torpedeira rápida”, “Episódio da vida de Napoleão, o Grande”, “Os micróbios”, “Os palmares”, “Matança de reses” são os títulos de alguns desses recortes, que de mistura com simples anedotas, ora ilustradas por ele, ora por decalcomania, enchem o caderninho. (Cavalheiro, 1955, p.40)

“O Guarani” fora um jornalzinho estudantil gerado no Colégio Paulista, em que aos 14 anos o futuro escritor estrearia com um pequeno artigo com o pseudônimo de Josben. Pode-se deduzir que o tipo de produção empreendida pelo adolescente possivelmente não agradou a muitos paladares locais, ainda que todos juvenis, como o autor. E aí estava o temível “H2O” como prova:

Não contente em colaborar nas folhas dos colegas e da terra, funda o próprio jornal, que intitula cabalisticamente de “H2O”. Era um jornalzinho manuscrito, lido pelo próprio autor todos os sábados, no recreio, dentro de um quadrado de defesa. Acontecia que semanalmente o “H2O” bulia com um grupo, poupando os demais. Estes eram convidados a formar o “quadrado de defesa”, contra os “ataques de cavalaria” dos “bulidos”, os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro.

Albino Camargo relembra que Lobato não perdoava os deslizes e os ridículos alheios. Sua pena, já nessa época, sabia causticar o adversário, conhecia o segredo de ferir a nota justa no aceso da polêmica. Era desabusado, e não perdoando a ninguém, enfrentava depois as “vítimas” com uma valentia não justificada pelo seu pequeno porte. Apesar disso, assegura Albino, jamais fugia às provocações, e na hora do rolo, agüentava a parada, embora não fosse dos mais fortes. Mas possuía muita coragem, e as ameaças não conseguiam fazer com que modificasse os conceitos e opiniões que ironicamente ia expendendo sobre os colegas nas páginas manuscritas do “H2O”. (ibidem, p.52)

Pelo menos um traço do que os garotos concebiam como jornal é facilmente perceptível nas atitudes do jovem Lobato, ou seja, é a escrita por meio da qual se critica, ataca, polemiza. É Monteiro Lobato, já

experiente nas letras do mundo adulto, que relembra a inauguração de sua participação em “O Guarani” e a fórmula de “H2O” ao jornalista Silveira Peixoto (*PE*, 1961, p.169-71):

– Quando começou a escrever?

– Foi num jornalzinho do “Colégio Paulista”, de Taubaté, onde nasci a 18 de abril de 1882. Mas foi no tal jornalzinho – “O Guarani” – que publiquei a minha primeira coisa. Apareceu sob o pseudônimo de “Josben” ...

[...]

– E a tal primeiro coisa que escreveu e “O Guarani” publicou?

– Era uma anedota de meia coluna. Eu tinha quatorze anos. Aos dezesseis anos meu jornal foi um periódico que se editava naquela mesma cidade. Não me lembro o nome, mas ainda conservo os recortes.

Solícito, sai e volta com um livro enorme, em que estão colados inúmeros artigos.

– Foi Purezinha quem produziu este livro, diz ele. Dona Maria da Pureza Monteiro Lobato. Colou tudo isto. Uma trabalhadora danada.

– Aqui estão as primeiras coisas: “Poemas da juventude”, “Tilcara”, “Guaxará”... Tudo fantasias rescendentes às primeiras leituras: José de Alencar, Coelho Neto, Catulle Mendes... E tudo assinado com pseudônimo. Eu usei um bando de pseudônimos: Helio Bruma, Antão de Magalhães, Lobatoyewsky, Rodando Cor de Rosa, Osvaldo, Guy d’Hã, Manoel de Sousa, Pascalon o engraçado, Yewsky, Enoch Vila Lobos, B. do Pinho, Oscarino, Yan Sada Yaco, She, Ed. Shelling, Olga de Lima, Nero Aguiar, Vieira Lion, F. H. Rangel, Marcos Twein, Bertoldo... Escrevi, depois, em várias folhas colegiais: numa “Pátria” do Instituto de Ciências e Letras, aqui em S. Paulo, no “H2S”?... (sic)

– “H2S”?... (sic)

– Era um jornalzinho manuscrito que mantive naquele colégio, e que eu mesmo lia em voz alta no recreio todos os sábados, dentro de um “quadrado de defesa” ...

– “Quadrado de defesa” ...

– Sim. Cada semana, o “H2S” (sic) bulia com um grupo e poupava os demais. Estes eram convidados a formar o “quadrado de defesa”, contra os “ataques de cavalaria” dos “bulidos”, os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro...

A participação de Lobato em jornais acadêmicos continuaria com sua entrada nas arcadas da Faculdade de Direito, de São Paulo. O espaço, porém, vai ganhando mais seriedade quando as palavras dos estudantes não ferem somente uns aos outros, antes respingando na conservadora sociedade paulistana. Em carta de 2 de janeiro de 1896 (CE, 1970), Lobato, ainda em curso preparatório na cidade de São Paulo, conta à mãe um embate com a polícia. Já em carta de 5 de fevereiro de 1908, narra novamente à mãe outro embate dos estudantes com a polícia, agora como estudante de direito, acusando os jornais de mentirem a respeito do caso. Lobato acompanha a repercussão desses fatos nas folhas paulistanas, numa evidente demonstração do quanto o jornal era importante, fosse para si mesmo, fosse como instrumento de luta ideológica (CE, 1970, p.30): “Os jornais se combinaram para mentir sobre o caso e soltar a boca nos estudantes mas eles que não duvidem muito que comem pau”; aquele que não se manifestasse também se mostraria conivente com a força policial, entendia Lobato: “O único jornal que não disse nada a respeito foi o ‘Comércio’, por isso vão fazer uma manifestação a ele”.

Compromisso com a verdade. Imparcialidade. Não é isso que se encontra em *O Minarete*. Entre 1903 e 1907, os jovens do “Cenáculo”, grupo de estudantes que compartilhavam o mesmo espaço na capital paulista – quando não moravam, compartilhavam “espiritualmente” dela – foi publicado um jornal que agitou Pindamonhangaba (SP). O periódico era dirigido por Benjamim Pinheiro, formado em direito e pretense prefeito da localidade. Para alcançar seu objetivo, precisava de um jornal que derrubasse a situação: a proposta feita para o “Cenáculo” demonstra o quanto as políticas interioranas comungavam de certa ingenuidade na recém-criada máquina republicana, dando para um grupo de jovens estudantes a responsabilidade de redigir um veículo de comunicação que deu certo justamente pela irresponsabilidade de seus editores (ABG, 1957, 28-31 – I NR): “‘Zé Bento: preciso de um artigo bastante severo, atacando a Câmara por causa duma racha na parede do teatro. E outro sobre o capim que há nas ruas. Ataque de rijo.’ E eu atacava, mesmo sem conhecimento pessoal da extensão da racha nem da quantidade do capim nas ruas”.

Conta Lobato sobre a escolha do título (ABG, 1957, p.28-31 – I NR): “Um jornal é um minarete de cujo topo o jornalista dá milho às galinhas da assinatura e venda avulsa. Fica muito bem esse nome – e é nome que não está estragado. *Tribunas do povo*, por exemplo, existem centenas”. Dentro de quatro anos, a situação vem abaixo... e Benjamim assume a prefeitura. Com a vitória política, o desaparecimento do jornaleco em que muita coisa simplesmente saía da literatura lida pelos rapazes do “Cenáculo”, continua o escritor:

Eu me divertia fazendo de longe o *Minarete* quase inteiro. Quantos números totalmente escritos por mim – o soneto, os contos, o “humorismo”, as “variedades”, o rodapé, o artigo de fundo! Isso me forçava a um grande sortimento de pseudônimos, para dar ao público a impressão de que o jornal dispunha de um exército de colaboradores: Lobatoyewisky, Yewsky, Pascalon o Engraçado, Ruy d’Hã, Helio Bruma, Enoch Vila-Lobos, Matinho Dias, B. do Pinho, Osvaldo, P., N., Yan Sada Yako, Mem Bugalho, She, Antão de Magalhães, Nero de Aguiar, Bertoldo, Marcos Twein, Olga de Lima, etc. etc. E todos lá do Cenáculo nele escrevíamos. Bruno de Cadiz publicava as saudosas crônicas do *Album do Minarete*. Raul de Freitas, as suas tão sentimentais *Recordações*. Candido apareceu nos primeiros números com a coluna *Fen dé Brut*, assinando Bompard. Rangel também publicava no *Minarete* muitos dos seus sonetos e as traduções de Rostand e Lecomte.

O caso a seguir é realmente elucidativo para se compreender a incipiente presença do jornal numa sociedade em que a palavra escrita valia por si mesma. Lobato estava de saída quando recebe um recado de Benjamim para redigir um artigo sobre iluminação pública. Passa o serviço a Candido, um dos redatores de *O Minarete*. Quando retorna, o artigo está pronto: Candido elaborara um texto sobre o lampião belga, usando para isso uma experiência fictícia na qual aparecem as personagens do *Tartarin de Tarascon* (1872), romance de Daudet (1840-1897). Desapontado, quer tirar satisfação com o amigo, que retruca: “Mande. Eles não percebem...”. Relata Lobato que o texto não só foi publicado, mas também virou baluarte de argumentação para um vereador da oposição que ainda exigiu a transcrição do artigo nos anais da Câmara.

O que aconteceu com o artigo “Às escuras”, criado por um estudante como exercício puramente imaginativo num quarto em São Paulo, ratifica a observação de que a palavra escrita tinha um valor de verdade acima de qualquer suspeita. Mais: se questionar o fato de ninguém ser leitor de *Tartarin de Tarascon*, clássico entre os jovens da época, pode revelar uma sociedade pouco afeita às leituras literárias – evidentemente, uma conclusão superficial sobre um tema tão amplo –, espanta ao leitor de hoje o fato de entre os membros da vereança ninguém ter tido a simples ideia de investigar a veracidade da informação, de saber, no mínimo, se o sucesso do lampião belga na cidade francesa de Beaucaire foi factualmente um sucesso. Venceu, portanto, o jornal pelo simples dizer.

A previsibilidade do periódico era grande, como afirma Lobato: “os artigos de encomenda – os ‘pelouros’ – eram os clássicos ‘Melhoramentos Municipais’, ‘Cemitério Municipal’, ‘O Calçamento’, ‘Fechamento de Portas’, ‘Policimento’, ‘Iluminação Pública’”. Era ali que o aspirante a escritor também se lançava, aí sim autenticamente, ao fazer literário, isto é, num jornal inteiramente fora dos moldes do interior, com editores que escreviam para satisfação pessoal. O primeiro número havia sido inaugurado com o rodapé dos “Lambeferas”, segundo Lobato (ABG, 1957, p.31 – I NR), “um romance absurdo, de capítulos curtinhos e esquizofrênicos”.

Não só de minaretes alçou a voz o jovem Lobato. *O Combatente* é outro capítulo na vida agitada do pretense escritor. Embora afirmasse a Rangel que o caso do *Minarete* era único, o escritor teve a seu dispor o periódico de Oscar Breves, que mantinha um jornaleco de “pegar anúncios”. Sob a orientação de Ricardo, outro membro do “Cenáculo”, o grupo tomou para si o periódico do Breves, e tanto fizeram que a publicação acabou encerrada por fechamento policial. Relata Lobato que, enquanto o jornalzinho de Pinda se limitava a desovar literatura ou combater impessoalmente a política local, em *O Combatente* levavam o tempo todo a “serrar” personalidades da mocidade elegante de São Paulo (ABG, 1957, p.32 – I NR).

Um jornal “mais sério”, contudo, acenava com uma imprensa mais exigente, que dava seus passos no sentido da profissionalização.

O Povo pedia artigos com “insistência” ao jovem Monteiro Lobato. Ainda que não se saiba qual a periodicidade dessa “insistência”, o termo indica a existência de um mercado mais ativo, menos caseiro, um mercado nascente de textos e imagens, no qual o escritor incipiente detectava a exigência do público em relação ao jornal. Concomitantemente, destacava-se a profissão de repórter, jornalista. Em suas cartas, Lobato e Rangel identificam pessoas conhecidas por ambos por essas funções: “Eu naquela época trabalhava como escrivão de subdelegacia no posto policial do Braz. Foi onde conheci o Ricardo, que um dia lá apareceu como repórter do ‘Correio Paulistano’”, conta Rangel (ABG, 1951, p.21 NR).

Um é repórter, outro é colaborador; é possível ter um jornalzinho de “pegar anúncios”. A carta de 11 de julho de 1904 é o anúncio de que a molecagem de *O Minarete* e o humor de *O Combatente* estão perdendo o lugar na imprensa paulista para o capital representativo e de leitores mais atentos aos produtos impressos (ABG, 1957, p.64 – I) – “O caso do *Minarete* foi uma sorte grande nossa, Rangel. Não se repete. Não há dois Benjamins no mundo e nunca haverá outro diretor de jornal tão passivo como aquele. Eu era para ele um dogma. Era eu dizer e era ele executar”.

Sobre isso, a extinção de *O Combatente* é símbolo de um fazer jornalístico cujas polêmicas ainda não se despegam do ataque pessoal, ao mesmo tempo em que um Estado autoritário também não se situou bem, ou mesmo não quer reconhecer, a função da imprensa. Em carta de 7 de novembro de 1904 (ABG, 1957, p.78-79 – I), Lobato anuncia o óbito do periódico:

Saltando de Norte a Sul, direi que o Breves morreu – o Breves jornalista, porque o outro, da “burocracia biológica”, esse vive e viça, sempre “apurado” e na concha. O Tito Franco deu de fazer n’*O Combatente* piadas contra o Chefe de Polícia, e o Chefe – diz o Ricardo – chamou o Breves para explicações e Breves as deu com desesperante prolixidade. Dizem que começou assim: “Senhor Doutor e conceituado Chefe do Policiamento Local, a mamãe...” e enveredou por aí, com a eterna mamãe puxando a fila. E o caso é que *O Combatente* morreu. Perdeste o único editor, meu

caro Rangel. Onde outro que tome a sério o teu, o nosso preconizadíssimo talento? O Breves publicou o teu *De S. Paulo ao Guarujá* apenas por sugestão do Ricardo. O poeta abriu-se diante dele em exclamações sobre a tua genialidade. Ele sorria aquele célebre sorriso postal que era uma obra prima de incredulidade, e de medo do Ricardo te publicava. Agora, de medo do Chefe de Polícia nem sequer edita mais o jornaleco.

Quem estava moribundo, afinal, era o fazer jornalístico que Monteiro Lobato vivenciara entre a infância e a juventude. Dos jornais de viagens, ilustrados e cheios de relatos envolventes, para as páginas de jornais politiquieiros, o escritor percebe o meio editorial à medida que participa de sua própria constituição. O convite para escrever em jornais mais sérios, lembrando a frequência com a qual Lobato usava pseudônimos, não vem somente dos textos, mas da construção de uma personalidade jornalística num meio privilegiado por todas as conjunturas de uma sociedade em transformação. Monteiro Lobato, neto do visconde, usufrui como criança, adolescente e jovem não só da biblioteca do avô, mas também de uma vida estudantil profícua em literatura, artes, polêmicas, política em sentido amplo. Privilégio de quem tem o suporte financeiro de tradição familiar e poderá escolher entre a continuidade dos negócios da família e o investimento na carreira intelectual.

Sobre isso, é importante observar as contingências sociais com as quais o jovem Lobato deparou. Se é possível, num primeiro olhar, colocá-lo entre aqueles que, sofrendo o declínio do poder econômico das grandes lavouras busca no trabalho intelectual forma de legitimação de seu espaço social (Míceli, 2001), essa afirmação mostra-se insustentável quando se compara a trajetória do escritor com a de outros intelectuais, como Lima Barreto. Sem dúvida, Lobato não passa de proprietário de terras à categoria de “intelectual”. Antes, é funcionário público bem colocado por intervenção do avô, quando, aí sim, assume a frente dos negócios da lavoura.

E mesmo aí, para quem manifestara tantas ideias de empreendimento, investir na *Revista do Brasil*, em 1918, não conota falta de expectativas do escritor. Contrariamente, esses elementos indicam

a possibilidade de se investir com certo grau de rentabilidade, o que garantia a Lobato, não a busca de oportunidade para evitar a decadência, mas o estabelecimento de outras relações econômicas e sociais por outros mecanismos. Era uma relação de continuidade, não de substituição.

Fazer jornal, ainda que em tom galhofeiro e desprendido de qualquer preocupação, torna-se um caminho possível para revelar, discutir, problematizar os fatos locais e os mais distantes. O escritor vai se modificando junto com seu contexto. Benjamim Pinheiro não teria segunda edição, nem o mercado brasileiro de periódicos, o qual não permitiria mais o surgimento de Benjamins e Breves, ainda que bem intencionados. Porém, essas experiências haviam sido pertinentes à formação do publicista Monteiro Lobato.

A mesma imprensa na qual Lobato se formou quando criança e adolescente vai, no entanto, afastar o bacharel aristocrata de suas páginas. As críticas que o escritor viria a desferir contra a sociedade de Taubaté, Areias e região mostram o quanto a leitura do jornal e da realidade que o circundava foi se alterando com a experiência obtida nos anos passados na capital, a qual era ponto de convergência dos modismos vindos da Europa, das conquistas científicas, dos exaltados estudantes das Arcadas.

O modelo de jornal antes vivenciado por Lobato em sua infância e adolescência no Vale do Paraíba estava vencido. Era preciso outra forma, outro jornal. Objeto que já existia, estava em trânsito, mas que não havia descido do trem nos vales paulistas.

Formado, portando o diploma característico de sua classe social, em Taubaté e Areias, continua a exercer o ofício de escritor, apesar de não se encontrar como autêntica “voz opinativa” num meio que desejava somente o beneplácito do neto do visconde, como escreve em carta de 24 de janeiro de 1905 a Rangel, na qual afirma estar transformado na “última palavra” da crítica local. A lucidez do escritor é marcante: “o povo olha-me com uma espécie de terror sagrado, tantas foram as coisas bonitas que, em estilo de atelier de Paris, eu disse na análise dos quadros de Georgina – chama-se Georgina. O meio de sermos admirados pelo povo é não sermos entendidos”.

A crítica sobre os quadros de uma pretensa namorada é prática coesa com a visita dos outros artistas da terra, “geniosinhos municipais”, os quais desejam o mesmo: “querem também que eu diga deles coisas incompreensíveis”. As autoridades locais não titubeiam, elegem-no como a “única autoridade crítica da terra” e, para continuar agradando o consenso e exercendo sua fina ironia, declara ao amigo que acabara de preencher cinco tiras “com quanto argot musical” assimilara em São Paulo nas críticas do Camarate e do Barjona: “Saiu-me coisa tão boa que, relendo-a, eu mesmo não entendi nada. Imagine o sucesso que vai ser!” (ABG, 1957, p.90-1 – I).

Lobato, pois, não está sozinho em sua busca pelo jornal “decente” onde poderia se fazer publicar sem o exercício dos lava-pés que praticavam em Taubaté. Sua intensa correspondência com Rangel denuncia que os amigos de “Cenáculo” também continuavam o trabalho de abrir espaço no mundo da publicação periódica.

Quando um colega conseguia fazer-se publicar em jornal, merecia “parabéns”. Lino, em carta de 15 de agosto de 1906, recebe congratulações e, pelas palavras de Lobato, nota-se a importância de ser “lido” no meio social (CE, 1970, p.50): “Meus parabéns pelo artigo do Heitor de Moraes. Começas então de vez, a entrar definitivamente na grande vitrina da sociedade, esse sonho de toda criatura humana, lá onde moram os Ruis, os Nabucos, os Lafaiates”. E o entusiasmo de Lobato se estende para todo o grupo: “Já és discutido, comentado; já entre 600 rapazes tiram você e mais um só aqui da roça, o eco dos sucessos entusiasmou-me e reentro a admirar o grande Cenáculo convicto que dele sairá ainda muita coisa para o futuro”.

Pela missiva de 10 de setembro, do mesmo ano (ABG, 1957, p.141 – I), Lobato levava notícias do mundo da imprensa ao interlocutor mineiro, nas quais os amigos estão envolvidos. Começando por Nogueira, conta que esse levava “barriga” como repórter do *Comércio*, demitindo-se, e: “Barriga em gíria de redação é engolir uma notícia falsa e fazê-la sair no jornal”. Como bom narrador que é, resume a situação: sempre reclamando da falta de novidades, os amigos resolvem brincar com o companheiro. Arranjam um atestado médico falso em que constava o atropelamento e esmagamento do pé de determinada personalidade.

O Nogueira, então, na voz de Lobato, “cai e tece uma notícia linda, com pormenores naturalísticos à Zola, coisa absolutamente *d’après nature*, de quem viu, ouviu e cheirou o chulé do homem. Sai a notícia e há protestos. Agrício apresenta na redação o pé incólume”. Para completar a trágica experiência do “ex-Cenáculo”, continua Lobato, “os outros jornais ‘piam’ sobre a leviandade do *Comércio* e Nogueira, furioso, vai para a seção livre e desce a marreta em meio mundo, e cita o Ramaiana e os Vedas, e até um latim de Juvenal”. Porém, segundo Lobato, o rapaz demite-se porque está de olho em outro emprego.

Há mais notícias para Rangel.

Breves continuava na ativa. Encontrara com o funcionário dos Correios e tivera o relato de tudo que acontecera com *O Combatente*, desde que saíra de São Paulo.

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, estava desaparecendo nas grandes cidades. Não aguentando arcar com muitas dessas transformações, diversos periódicos iriam desaparecer sem chance de voltar a circular. Breves não estava errado; havia mil coisas para lidar, agora, mesmo num jornaleco de “pegar anúncios”. As empresas jornalísticas iniciavam a consolidação de sua estrutura numa fase de inquietação política, ainda que menos intensa que a presenciada no século XIX.

De Taubaté, Lobato partiria para localidade ainda menor: Areias, para onde segue com Purezinha, com quem casara aos 28 dias de março de 1908. Promotor sem causa e sem trabalho, embora empregado, continua sua colaboração para os jornais. Escreve a Rangel em 2 de dezembro de 1908 que, para neutralizar o marasmo da cidade, tomara uma assinatura do *Weekly Times*, de Londres – “edição semanal em que vêm os melhores artigos do *The Times*, diário, o grande, o velho, o tremendo *Times* de Londres” (ABG, 1957, p.225-6 – I). Com os pés na grade da sacada, conta, injetava-se de inglês, tentando fugir às conversas sobre e das panelinhas políticas locais.

Lobato, como se vê, não é qualquer curioso por jornais. Para leitura, escolhe um modelo de publicação no meio editorial internacional, o *Times*. Como toda escolha, essa também não é gratuita: além de ser um dos melhores jornais, como se nota no julgamento do escritor, “o

grande, o velho, o tremendo *Times*”, ler em inglês era contrariar a praxe de tudo se olhar pelo viés francês. Além disso, Lobato não poderia ter melhor manual para sua escrita que um dos jornais mais consolidados no mundo ocidental.

Neutralizar Areias recebendo por isso seria ainda melhor. Na carta de 7 de junho de 1909 (ABG, 1957, 238-239 – I), a Rangel, o escritor indaga se Ricardo estaria no *Comércio de S. Paulo*, pois suspeitara disso ao encontrar “Elefantes” de Lecomte de Lisle (1818-1894) traduzido no periódico e, também, seu próprio conto “Gens ennuyex”. E comenta: “A mim não convidou para colaborar. Onde recebi convite foi da *Tribuna de Santos*, jornal côr de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes”. A *Tribuna* prometia pagar a colaboração logo que concluíssem umas reformas.

Leitor do *Weekly Times*, logo faz da prática de seu inglês mais uma porta aberta para o jornalismo. Em carta de 1º de julho de 1909, comenta a Rangel que estava traduzindo notícias e enviando-as para *O Estado de S. Paulo*. Ora, para alguém que se preocupasse com uma literatura que desse algum dinheiro e para um jornal que entrava no sistema do trabalho assalariado e industrial, características da imprensa-empresa do século XX, não seria possível uma colaboração de um desconhecido tão fora do círculo editorial, que simplesmente decidisse fazer uma tradução e enviar para a empresa jornalística. Se Lobato assinara o *Times* para praticar a língua estrangeira, fazia do lazer um trabalho, e um trabalho em moldes modernos: fazia da informação de fora subsídios de leitura e publicação para *O Estado*. Por quais caminhos, pois, Lobato teria entrado no esquema de publicação dessas traduções? Nenhuma informação nem por parte dos biógrafos, nem por parte do próprio autor. O que não elimina o sinal de que o envolvimento do escritor não se dava apenas pela vontade de neutralizar a vidinha monótona do interior, mas por intenções vívidas de se fazer mostrado na vitrine jornalística.

Os vínculos ideológicos, pois, são possíveis somente se houver algum canal que permita o encontro de mentes afinadas com determinados ideais. A família ou a profissão; o grupo de estudantes ou as rodas de profissionais liberais; as correspondências entre familiares

ou as cartas comerciais entre representantes políticos. O meio pelo qual Lobato entrara como tradutor de *O Estado* não está explícito, entretanto, enuncia-se de todas essas formas.

Na mesma carta de 1º de julho de 1909, Lobato é taxativo com Rangel: “Quando encontro coisas muito interessantes, traduzo-as e mando-as para o *Estado* e eles me pagam 10\$000”. O que não evita o conflito entre uma tradição literária apartada do ganho material de uma prática de mensuração do trabalho intelectual: “Acho estranho isto de ganhar dinheiro qualquer com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos próprios ou alheios... Mas não tolero escrever por obrigação. Traduzo quando quero. Faço coisas para *A Tribuna* quando quero” (ABG, 1957, p.249 – I). Mais sutil ou agressivo do que o escritor imaginava, o mercado não colocaria escravos no eito, porém, a obrigação que dizia “não ter” contradiz, de imediato, a ação exercida junto ao jornal; a intrínseca e complexa relação entre autor, público, empresa e demais instâncias que tomam corpo no mundo editorial conduz o jornalista a obrigações que ultrapassam a conhecida e simples oposição de classes do sistema trabalhista em que patrão e empregado podem se confrontar em qualquer tempo. Fazer-se lido pelos jornais para divulgar a própria literatura é uma das amarras.

É importante notar, ainda, que em carta de 15 de agosto do mesmo ano, ao cunhado Heitor de Moraes, Lobato faz considerações a respeito de escrever para os jornais. Propõe-se a enviar modelos, numa evidente indicação de que dispõe de certo *know-how* sobre o assunto: “Falas em colaboração para a *Tribuna*, paga... Isso é grave e merece ponderação. Escrever é uma maçada, como bem sabes, depois de passada a época em que a gente escreve unicamente pelo prazer de ver-se impresso”. Para quem afirma achar estranho ganhar dinheiro com aquilo que sai da cabeça, como comentaria com Rangel, o posicionamento diante da intenção do cunhado é firme: “Ora, eu já passei por essa experiência e hoje só concebo que se extravase pelo bico da pena tantos ideais sobre umas tantas tiras de papel quando alguma vantaginha resulta disso. E pensando assim, assim o faço”. E, contrariando qualquer expectativa de um leitor mais lírico, propenso a contar com o engajamento puramente ideológico do escritor nos moldes do imaginário

romântico, Lobato declara sem cerimônias: “Por isso, se quiseres, te mandarei umas amostras de artigo, de vários gêneros, a ver se encontram cotação na bolsa jornalística daí. Se não, você nos devolverá, porque não é nenhuma honra a gente ver-se impresso de graça e lido a cem-réis por pessoa”. A barganha não é somente com tradução, é com literatura – “Se o queres seriamente e se há possibilidade de alguma compensaçõzinha (que jeitinho, hein?) somente eu mandarei, para a Tribuna ver, um conto já escrito – Bocatorta e um artigo que posso escrever já – A Futura Guerra Anglo-Alemã”; os artigos podem ser encomendados, sem problema (CE, 1970, p.55-56):

Querendo também qualquer outra contra o Hermes, arranja-se. Sobre agricultura, sobre a cultura do Sisal vulgo Pita, sobre vias férreas, sobre assuntos palpitantes nacionais ou estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de Mr. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e os seus remédios, sobre a mentira eleitoral também se forma coisa bem arranjada. Só não sai artigo jurídico... nem *diatribe* contra W. Luís.

Aquilo que era passatempo ganha foros de trabalho para o jovem Lobato. Em carta de 2 de setembro do mesmo ano, 1909, escreve sobre um pequeno negócio na *Tribuna*: cinco artigos por mês. Para quem se negara a escrever forçado, pairam alguns compromissos implícitos no pequeno negócio; primeiro, o que seria “pequeno” – uma vez que a média de artigos seria de um por semana, o que identifica um compromisso com a empresa; segundo, Lobato usa o termo “meu negócio” – identificação explícita da existência de uma contratualidade com a firma. E não se mostra preocupado em ser pego de jeito no “eito escravo”: “Talvez também entre na *Gazeta de Notícias*, onde está agora o Sebastião Sampaio – você não o conhece – aquele da nossa corrida no Viaduto”. Tudo indica que os negócios com o jornal estavam realmente dando mais que para os apetrechos de escrita, sendo o negócio mais importante, comenta com Rangel, “a compra, por um grupo, dum jornal de S. Paulo e eu iria para o comando literário. Se isso se realizar, meu Rangel, tu estás feito. Tens jornal e colaboração paga por tabela especial, mais alta que para os outros. Em fevereiro

ou março vou passar seis meses em S. Paulo, para cuidar disso e mais coisas” (ABG, 1957, p.267 – I).

A euforia que pode ser percebida na manifestação da carta de 4 de agosto do ano anterior, 1908 – “Espero ‘Criaturas’. Temos jornal. Tito assumiu a redação da *Tribuna* de Santos, com 700 por mês. Promete ‘pagar’ a minha colaboração” (ABG, 1957, p.216 – I) – passara a planejamento de investimentos de bem mais alto calibre que simplesmente o despreocupado fazer de algumas traduções para *O Estado*.

O lucro advindo das negociações com *A Tribuna* parece animar Lobato, que comenta novamente em carta de 15 de setembro de 1909, a Rangel, os valores pagos pelo periódico: já fizera, até ali, 40\$000. Com isso, segundo ele, dava para pagar dois meses de aluguel da casa. “Pagar a casa com artigos – que maravilha, hein?”. E as propostas não paravam – os fundadores da *Fon-Fon*, semanário ilustrado, pediam colaboração para *Lua*. E Lobato pergunta ao amigo se deseja ser também publicado na revista, anunciando que, se Rangel permitir, faria do texto do mineiro uma experiência: “Posso meter lá o teu conto? Mas quero entrá-lo por um figurino novo que lhe irá bem. Simples experiência. Como já não contavas mais com ele, tomo-o para uma experiência *in anima nobile*” (ABG, 1957, p.271 – I).

O fluxo lucrativo proveniente dos textos para jornal demonstra que ser colaborador podia ser entendido também como ser funcionário da empresa. As horas antes passadas na “boemização espiritual” são divididas com a esposa e a casa. Em fins de 1908, descobrira uma pequena fonte de renda, traduzir artigos para *O Estado*, recebendo 10 mil réis por colaboração; agora, as somas chegavam a 80 mil réis em dezembro de 1909 (Cavalheiro, 1951, p.142-3). Se com a colaboração na *Tribuna* dava para pagar aluguel, com *O Estado* daria para lances maiores.

Não se pode desprezar, porém, o papel dos jornais regionais para escritores como Monteiro Lobato. Entre 1910 e 1920 há uma visível evolução no conteúdo e na produção dos jornais e revistas. A notícia que chega de bonde, trem e navio, os repórteres enviados em missões de maior mobilidade e a ênfase mais na notícia que na literatura fazem do jornal uma arena em que novas técnicas e concepções de periódico se enfrentam. *A Tribuna*, de Santos, o *Correio do Povo*, em

Porto Alegre (RS), aparecem enquanto *Diário de Notícias*, da Bahia, e *Diário Popular*, de São Paulo, buscam consolidação. Mesmo localidades como Uberaba, em Minas Gerais, tem jornais como *Lavoura e Comércio*, com nítido direcionamento ao público que pretendiam. A expansão do jornalismo regional verificada pelos estudiosos do assunto nos principais centros do país aponta para a contraposição de práticas herdadas do período anterior, tais como o personalismo e a literariedade preponderante.

Nesse meio, Lobato demonstra estar imerso no mundo jornalístico em todos os seus aspectos. Nas cartas escritas em fins de 1909, permanecem os comentários ilustrativos da agitada vida dos jornais com suas mudanças de cargos e disputa por nomes da imprensa. Na carta do dia 14 de dezembro, enviada a Heitor (*CE*, 1970, p.57), Lobato pergunta se era fato ter ido Sebastião Sampaio para a redação da *Gazeta*. No início de 1910, em 22 de fevereiro, mesmo descontente com a própria produção, questiona Heitor: “Como vês tenho andado constante na ‘Tribuna’ – o que ainda não pude conseguir é prestar: o interior burrifica e escrever vai muito do hábito, que perdi com um interregno de vários anos. Não obstante a má qualidade do artigo, negócio é negócio: a T. paga ou não?” (ibidem, p.59).

Lobato certamente não estava tratando de sua escrita como um todo – afinal, publicava traduções, enviava colaborações, comunicava-se constantemente por cartas. O que “não presta”, de acordo com sua lógica, é justamente sua produção jornalística, a qual, longe de desejar os modelos literários, almejava aperfeiçoar-se longe do interior, local de anulação da capacidade do bem escrever, segundo ele mesmo.

O leitor de jornais, no entanto, não estava morto – em carta de 7 de fevereiro de 1912 comenta a publicação de Lino em *O País*, chamando-o de “Felizardo!” e afirmando que “com passinhos de lâ vais caminhando para a Academia, para reabilitar aquilo” (*ABG*, 1957, p.325 – I). Ou seja, efetivamente, Lobato não estava desligado do mundo editorial, antes, contradizendo sua abstinência literária, tinha informações suficientes sobre ele, continuando a dar conselhos ao amigo Rangel sobre os textos que lhe são enviados. Continua, ainda, a analisar a relação dos amigos com as *letras*, o que pode ser notado

no relato de uma visita que faz ao escritório de Ricardo Gonçalves, ex-Cenáculo, relatada em carta de 9 de maio de 1913 a Rangel. No relato, nota-se, desde o início, uma lamentação pelo que estaria acontecendo, começando por “se visses o Ricardo no escritório de advocacia que armou com o Luiz Maia e outros...” até a observação mais aguçada: “como única transigência admite, na estante que lhe fronteira a secretaria atochada de Lobões, Mafras, Bento Farias, Trigo Loureiro, Aveias e Coentros, bem em cima, em lugar pouco visível, uma coleção da *Kosmos*” (ibidem, p.342 – I). É o periódico *Kosmos*, portanto, que “salva” o amigo.

A consagração muitas vezes atribuída à “Velha praga”, publicado com o título “Uma velha praga” em 12 de novembro de 1914, esconde uma trajetória pela qual o artigo, além de suas qualidades textuais, alcança repercussão.

Antes, porém, de encontrar Lobato com seu texto “Uma velha praga”, é preciso observar o outro rebento nascido no século XIX, o lugar que o escritor conquistou, ou foi conquistado por ele – *O Estado de S. Paulo*, quando ainda era província.

Um jornal imparcial: republicano e cientificista

Segunda-feira, 4 de janeiro de 1875. Cinco colunas na primeira página se apresentam ao leitor encimadas por duas frases de pretensos esclarecimentos: “Colunas franqueadas aos escritos de utilidade pública” e “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor”. É o primeiro número de *A Província de São Paulo* que esclarece sucintamente: “Esta folha e seu estabelecimento tipográfico pertencem à uma sociedade em comandita com o capital de 50:000\$000”, sociedade da qual faziam parte fazendeiros, capitalistas e profissionais liberais, como se registrava: Capitão Bento Augusto d’Almeida Bicudo, fazendeiro, morador em Campinas; Antonio Pompeu de Camargo, fazendeiro, Campinas; Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, S. Paulo; Dr. João Francisco de Paula Souza, capitalista, S. Paulo; João Manoel de Almeida Barboza, fazendeiro, Campinas; Dr. Manoel

Ferraz de Campos Salles, advogado, Campinas; Dr. Raphael Paes de Barros, fazendeiro, S. Paulo; Major Diogo de Barros, capitalista, São Paulo; Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, fazendeiro, Itu; Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, fazendeiro, Campinas; João Tebyriçã Piratininga, fazendeiro, Itu; José de Vasconcellos Almeida Prado, fazendeiro, Itu; José Pedrozo de Moraes Salles, capitalista, Campinas; Antonio Carlos de Salles, capitalista, Campinas; Francisco de Salles, fazendeiro, Campinas; Dr. Martinho Prado Júnior, fazendeiro, Patrocínio das Araras; Dr. José Alves de Cerqueira César, advogado, Rio-Claro; Candido Valle, negociante, Rio Claro; Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, advogado, Campinas; Francisco Rangel Pestana, advogado, S. Paulo; Américo de Campos, jornalista, São Paulo.

Dos 21 comanditários, dez são fazendeiros, sendo um com o título de “capitão”; quatro são capitalistas (empresários); sete são profissionais liberais – dentre os quais, apenas um é apresentado como jornalista.

Como se nota, para o jornal, tão importante quanto o nome dos comanditários era a função social e o local de origem. Para compreender isso, é preciso retroceder ainda dois anos: de acordo com a página oficial do “Grupo Estado”,² grupo empresarial que detém, hoje, os direitos de *O Estado de S. Paulo*, a gênese do jornal está ligada diretamente à Convenção de Itu, de 1873, quando a maioria dos participantes da convenção concordou acerca da necessidade de se ter um órgão de imprensa na capital. Fato representativo era a preocupação dos convencionistas, tendo em vista que ter um jornal na capital era legitimar a voz do grupo em ponto estratégico do poder governista. Ainda esclarece o jornal que em outubro de 1874, após um trabalho de captação realizado por Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles, constitui-se uma sociedade em comandita com 19 cotistas com o nome de Pestana, Campos & Cia, registrando que “este nome deve-se ao fato de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, escolhidos para redatores, terem as maiores cotas. A administração foi confiada a José Maria Lisboa”.

2 *O Estado de S. Paulo*. Histórico Grupo Estado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>. Acesso em: jan. a set. 2009.

É Américo Brasiliense quem redige a ata de 18 de abril de 1873, na qual se encontra a preocupação dos republicanos de se manterem interligados com a imprensa, afinal “é de suma importância e grande alcance não se descuidarem os republicanos da imprensa, elemento essencial de propaganda das idéias e princípios, que são professados pelos cidadãos presentes”.³

As idéias professadas, pois, enfeixam-se sob o epíteto de “republicanos”.

Entre realizar propaganda política nas folhas já existentes, como alguns pensavam na convenção, e fundar um veículo adequado às idéias do grupo, é evidente que a segunda opção se efetivou em 1875.

Voltando-se à mesa da convenção de 1873, leem-se, após a subscrição do secretário, os nomes dos municípios com seus respectivos representantes: Itu, Jundiá, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Mogi Mirim, Constituição (Piracicaba), Botucatu, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Belém de Jundiá (Itatiba), Vila do Montemór, Jaú e Rio de Janeiro. A imprensa é “elemento de propaganda das idéias e princípios”. O receptor dessa propaganda, porém, poderia ainda estar se configurando na sociedade brasileira. Se não fosse o contrário: mais que divulgar idéias, a imprensa poderia criar a ideia da própria necessidade de sua existência.

Saía o primeiro número de *A Província de S. Paulo*, no dia 4 de janeiro de 1875. Embora na página *on-line* do jornal registre-se que “mesmo sem assumir explicitamente seu propósito republicano, consta uma extensa declaração de princípios afinada com o republicanismo e com os pressupostos da cidadania”, uma declaração como a que então era publicada tornava mais que explícito a vinculação do periódico à linha política dos fazendeiros do Estado de São Paulo.

A redação, a administração e as oficinas estavam instaladas num prédio da Rua do Palácio, número 14, esquina com a Rua do Comércio (hoje, atual Rua do Tesouro com a Rua Álvares Penteado), onde permaneceriam até abril de 1877. Pelos dados, observa-se que tudo se

3 Museu Paulista. Ata da Convenção de Itu. Disponível em: http://www.mp.usp.br/mr/ata_1873.doc. Acesso em: 24 jan. 2005.

organizara, a despeito da função política do jornal, como uma empresa de bases sólidas. Comanditários, diretoria, projeto editorial. Lançava-se no mercado um objeto de leitura para classes sociais que, no Brasil republicano, podiam ler.

Presume-se, assim, que o investimento do grupo de Itu, na verdade, grupo que representava o interesse de uma ex-aristocracia de todas as regiões produtoras de café, dentre elas o Vale do Paraíba, desejosa por assumir o topo da pirâmide política, tinha em vista um público que se formava nas cidades, público que poderia contribuir para a divulgação das ideias liberais.

Nomeados redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, um advogado, outro jornalista, ambos de São Paulo, a folha nascente tem como seus progenitores ativistas políticos intensamente envolvidos com a vida pública. A neutralidade do jornal nascido em 1875, assim, vai se configurando, entre outras coisas, também como cautela diante do poder monárquico ainda vigente. Membros das instituições políticas em pleno funcionamento, os sócios mantinham-se como empresários, em primeiro lugar, num jornal que somente mudou de “província” para “estado” com a consumação final e inevitável do sistema político nos anos finais do século XIX.

Outro aspecto relevante da relação do grupo dos fundadores com o veículo impresso está no indício de que a informação jornalística desfrutava, então, de uma situação de importância tal que capitalistas e fazendeiros tomavam-no como elemento ideológico primoroso para a luta empreendida. Quando se observam os sobrenomes dos comanditários, bem como algumas relações familiares ali presentes, é fácil concluir que o negócio estava entre “amigos”. Se não eram por afinidades pessoais, ao menos, por uma causa política comum.

Aliás, a história do fazendeiro que se torna editor não é algo tão distante ou inusitado para um representante dessa classe como Monteiro Lobato. Se isso não era a regra, não se pode conceber que os homens reunidos em Itu e, posteriormente, comanditários de *A Província* fossem interioranos completamente indiferentes ao papel da cultura na transformação social, mesmo que essa significasse a consolidação do seu poder. É um saber, pois, a favor de uma classe dominante, o

que marca como ingenuidade qualquer simplificação que atribua aos “caipiras” paulistas uma simples aventura ao iniciarem uma publicação em nada despretensiosa.

Diversificam-se os grupos humanos – e Monteiro Lobato deixa o leitor entrever isso em muitos de seus relatos nas cartas a Godofredo Rangel –, e muitas dessas figuras, asperamente criticadas pelos intelectuais da época, eram resultado direto do processo de ocupação e consolidação das terras virginais a oeste de São Paulo. O coronel, geralmente um comerciante endinheirado, levava junto com a profissão a conexão com as vidas “comuns” de toda a gente, as quais, evidentemente, lhe deviam, se não tudo, muita coisa para a sobrevivência cotidiana. Ou seja, “organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário, eliminava os adversários com o mais notável desembaraço” (Monbeig, 1984, p.143).

Nas cidades estavam os grupos que iam tecendo uma classe média burguesa, o que contribuía significativamente para se criar a base de transformação requerida pelos opositoristas ao imperador: é possível imaginar que os leitores de *A Província* passassem a compartilhar das ideias republicanas justamente por se identificarem com um ideário que evitava a panfletagem mais simplória e apresentava-se com a seriedade de quem sabe analisar uma causa, apontar os problemas e, o mais importante, apresentar soluções. A cidade era, portanto, condição indispensável para o surgimento da República, “a cidade fora o berço da cidadania moderna e, no Brasil, o Rio de Janeiro, maior centro urbano, apresentava as melhores condições de fornecer o caldo de cultura das liberdades civis, base necessária para o crescimento da participação política” (Carvalho, 1987, p.161).

A esse processo junta-se o imigrante, trazendo consigo outras bagagens de leituras políticas para a capital e o interior de São Paulo.

Mesmo que carentes das coisas mais básicas para a sobrevivência, muitos deles vinham sabendo ler – fossem italianos ou espanhóis, soubessem apenas a própria língua, eles detinham o conhecimento da importância da informação escrita. E engrossavam as periferias da capital de modo a diversificar mais ainda os tipos humanos que, logo pela manhã, podiam recorrer às bancas de jornais para saber as notícias

do mundo, ainda que esse mundo telegrafado estivesse bem distante do seu. “Quando de 1893 a 1897 a cidade se povoa bruscamente de multidões italianas recém-chegadas, falando somente a própria língua, as colunas do ‘Estado’ refletem fielmente essa fase histórica da ‘urbs’ paulistana”, para captar essa nova demanda, esclarece matéria comemorativa de 1914, publicada por ocasião dos 39 anos de existência do jornal, em 4 de janeiro. “Marjo Cataruzza, mal conhecendo o idioma nacional, escreve ‘Os nossos telegramas’ numa característica algaravia ítalo-brasileira. E, como curioso fruto da época, surgem até correspondentes da Itália reproduzidos em italiano”, investimento para garantir o elemento forasteiro como leitor. E como critério de substituição do confuso correspondente não bastava dominar o vernáculo, “José Barbosa, hábil jornalista, substituto de Cataruzza, restabeleceu as regras do bom vernáculo naquela seção, cuja falta era sensível em nossa imprensa”; contudo, “tendo curta residência no país, carecia de um certo critério nacional no julgar as coisas estrangeiras, como intérprete do pensamento coletivo”.

Tipos humanos também podem ser encontrados na descrição realizada por essa matéria, estampada na primeira página: “Theóphilo Dias, o mavioso poeta, que de seu tio Gonçalves Dias herdara o talento e a lira; Lúcio de Mendonça e Muniz de Souza, então estudantes de direito, mas já esperançosos escritores; Léo da Affonseca, com seu belo porte de mosqueteiro, de longo chapéu desabado”, a descrição amena de figuras conhecidas, frequentadoras da redação nos primeiros anos do jornal, como colaboradores e redatores, conta entre elas os verdadeiros condutores do periódico: “Rangel Pestana, com os seus inseparáveis óculos de ouro, a falar pausada e serenamente em voz sonora e clara; Américo de Campos, com as suas esquisitices e o tradicional ‘pala’ ao ombro; o ainda ‘moço’ Lisboa, eternamente jovial...”.

Distanciar-se explicitamente da face do poder: primeiro passo para legitimar a causa pela qual se inseriam no cenário jornalístico. Com efeito, os textos de *A Província de S. Paulo* se insurgiam contra a “oligarquia dominante”, classe que sofreria dura oposição do jornal. É importante observar que essa “oligarquia dominante” – entenda-se, os fazendeiros monarquistas – não era identificada com os proprietários

de terras (cafeicultores), dos quais defendia interesses econômicos. As classes “produtoras”, “laboriosas”, “classe dos lavradores”, mesmo que esse tivesse muitos alqueires de terras, era que tocava o Estado de São Paulo para a frente. Em resumo, os cafeicultores e demais representantes das classes liberais “não se lhes afigurava que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político” (Capelato & Prado, 1980, p.68).

Era justamente o ponto de vista dessa classe que projetava os caminhos econômicos que a política brasileira deveria seguir: o jornal criticava o caráter artificial das indústrias nacionais, compreendendo-se por “indústria artificial” toda organização que vivia parasitariamente dos direitos protecionistas e utilizava matérias-primas vindas de fora. Para *A Província*, essas indústrias impediam a concorrência, encarecendo o preço do produto e não estimulando a melhora de qualidade. Os representantes de *A Província* ou de *O Estado de S. Paulo* admitiam a interferência do Estado nos negócios do café, justificando a violação do jogo da livre concorrência em razão das necessidades enfrentadas por esse setor da economia, mas não a intervenção em outras negociações.

A política estava na gênese do jornal, como em todos os outros, mas de modo a evitar que se esquecesse do seu papel como baluarte da “livre circulação das ideias”, fossem elas de qualquer matiz. Era a formação de um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004) que estava em jogo. Assim, de caráter eminentemente republicano, *A Província*, ainda que buscando a neutralidade como sinônimo de seriedade, estará envolvida, desde o início, com causas políticas, no que o termo tem de mais amplo: *politizar*, pois, o leitor, e lhe trazer o ponto de vista de uma imprensa pretensamente democrática e republicana. Em outros termos, o jornal reserva a si o direito acima do bem e do mal de observar e criticar os acontecimentos. Era uma folha “independente”, uma vez que “estritamente ligada a essa posição está a de que a atuação política do jornal é orientada por um ‘sistema de princípios’, sistema este que, segundo o jornal, possuía uma continuidade que remontaria aos primórdios da República” (Cardoso, 1982, p.48). Uma concepção

de sociedade na qual a política é a realização da razão, e essa só pode ser exercida por uma elite ilustrada. Urge, pois, criá-la.

Com a chegada da República, o novo nome: *O Estado de S. Paulo*, definitivamente.

Em que a alteração do título não pareça alterar o jornal, ao menos indica ao jovem leitor que se iniciara nas letras entre o XIX e o XX que tinha em mãos um objeto que tratava especificamente de um Estado de uma federação, de um órgão republicano. Se isso não acudia a um menino ou adolescente que pegasse a folha na virada do século, isso é ainda mais significativo: entre o nascimento em 1875 e a queda do regime em 1889, transcorre pouco mais de uma década que foi registrada na forma de notícias, artigos, declamações e manifestos nas páginas do periódico. O “sistema de princípios” norteava a pauta do jornal, pela qual assumiam-se posições sobre sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo etc.

“*O Estado de S. Paulo*, para preservar o seu perfil enquanto *órgão de imprensa*, não se apresentava como porta-voz direto do ‘grupo do Estado’, diferentemente do que faziam o *Diário Nacional* em relação ao PD e o *Correio Paulistano* em relação ao PRP”, ou seja, “ele não traduzia diretamente a prática política do partido, mas reelaborava ideologicamente essa prática, na perspectiva da prática política do partido ideológico” (Cardoso, 1982, p.46). O conceito de jornalismo não descarta a ideia de mercado e viabilidade econômica, o que, assim posto, também quer dizer o mercado como instância apropriada pelo discurso político “neutro” do jornal.

No país em que a imprensa sempre titubeava, *O Estado* também não ficaria imune às crises financeiras constante dos jornais. Atravessar o século sem perder a função social como veículo de comunicação significava ter algo a mais do que simplesmente propagar as ideias republicanas, até mesmo porque, depois de 1900, essas já eram vencedoras. Retrocedendo ao número inaugural, a proposta de espaço democrático apresentada na primeira página do primeiro dia quer ser o ponto de convergência entre o ideal de uma empresa que deseja se sustentar como portadora das próprias opiniões e ser aceita pelas classes leitoras,

as quais, paradoxalmente, vão se diferenciando ao ponto de que, para continuarem consumindo o jornal, é preciso que ali se reconheçam. Era a democracia fazendo uso do mercado e vice-versa.

O engajamento em grandes causas públicas poderia ser, portanto, não mais somente o ponto de vista da elite fundadora sobre este ou aquele problema, mas característica peculiar a um tipo de imprensa que se desprendera aparentemente do cordão umbilical político-partidário e, para continuar a existir na República, deveria ser objeto de polêmica, debate e contradição. Ainda que aceitando o clã da família Mesquita, e por extensão todo *O Estado* como partido político, é justamente a diversificação das atividades da empresa, isto é, a busca de captar e cooptar o mercado para si, que permitirá a sobrevivência do jornal. “A posição de força relativa de que o chamado ‘grupo do *Estado*’ dispunha como baluarte do ‘liberalismo’ oligárquico é, portanto, indissociável de sua condição de empresários culturais” (Miceli, 2001, p.90).

Tornar-se empresa, permitindo o reaparelhamento gráfico e editorial, abria novas áreas de cobertura, além da política: os esportes, o carnaval, eventos populares; a tudo a fatura publicitária apontava seu dedo indicando as benesses da diversidade de pontos de vista, de assuntos, da sociedade a que se destinava. Isso não queria dizer desprender-se paulatinamente dos assuntos políticos, antes, mais ainda, frisar o “seu” ponto de vista, abrindo-se o veículo ao contraditório e para a manifestação das vozes de oposição. Era o mercado como democracia, a criar condições para o debate livre entre todas as vozes que quisessem se manifestar, desde que atendendo a parâmetros de “civildade” estabelecidos nas páginas do jornal. Uma forma de estabelecimento de um *ethos* do enunciador que franqueia, inegavelmente, suas páginas àqueles cujo pensar em algum ponto tocava a forma reconhecida pelo jornal de se fazer política, notícia, oposição. Espaço de todos, para todos que saibam dele se utilizar.

As campanhas civilistas iniciadas em 1909 têm em *O Estado* forte aliado. Revolta da esquadra, rebelião de João Candido, revolta da Ilha das Cobras, estado de sítio; a movimentação política de um país que, em plena República nascente, enfrentava os tremores da alteração dos

regimes políticos. A figura de Hermes da Fonseca⁴ (1855-1923) era hostilizada abertamente pelo jornal.

Prevalece, enfim, a relação entre defesa do regime republicano e liberdade de opinião como ideário divulgado aos leitores de *O Estado*, antes mesmo da campanha civilista: 4 de janeiro de 1889, por exemplo. Nessa edição, em primeira página o jornal comemora seus 14 anos afirmando que “sem preterir os grandes interesses sociais, sem lançar-se no estreito círculo das paixões pessoais, a *Província de São Paulo* viu crescer ao seu lado e avigorar-se o partido republicano”. Um jornal que, até ali, negara-se a “armar a efeito com o fim de adquirir privilégios, obter favores, celebrar contratos e, quando menos, angariar para seus redatores a fama de *bons moços*”, relaciona sua força ao seu posicionamento ético: “Não destruirá, porém, a sua força e será o que tem sido: um jornal livre, de opinião, convicto, independente, altivo até mesmo em frente dos seus parciais quando se julgarem mais altos para forçá-la a se agachar diante do público que tem o direito de espreitá-la com severidade”.

Diante de tal conduta, a política da redação só poderia ser “ponderada e justa”, como demonstra a matéria do dia 4 de janeiro de 1889:

Quanto ao seu programa, já tivemos ocasião de dizer que ele não foi alterado; é o mesmo.

Podemos, pois, ainda hoje repetir:

“A política da redação, a sua preferência por um partido a cujos intuitos serve dedicadamente, não tira ao jornal hoje, como não tirou em anos anteriores, a cordura e delicadeza com que sempre tratou a todos aqueles que se distinguem por seus méritos e serviços à causa comum, que é a de todos os partidos e de todas as nações, a da humanidade.”

A fidelidade ao programa aparece frequentemente nas colunas do jornal. Retrocedendo mais um pouco, na edição comemorativa dos dez anos, em 4 de janeiro de 1885, matéria assinada por Rangel Pestana

4 Primeiro presidente da República Federativa do Brasil. Mandato: 1910 a 1914. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/gale.htm. Acesso em: 17 maio 2010.

iniciava-se com a assertiva de que entrava “em novo ano fortalecida pelo apoio do público, que tem tido na década decorrida tempo bastante para julgá-la quanto aos seus intuitos e bem avaliar a lealdade com que manteve o seu programa”.

Às colunas de parabenização da edição de 1889 segue outra coerente ao “programa”: um texto intitulado “Propaganda republicana”, apresenta a “recepção que a cidade de Botucatu fez ao dr. Francisco Rangel Pestana, e qual foi a impressão que deixou nos botucatuenses a confidência por ele feita”. A partir daí o texto cumpre seu propósito enunciado no segundo parágrafo: “Referirei, porém, primeiro as manifestações que o ilustre cidadão recebeu no trajeto da capital para a Vitória, estação por enquanto terminal da linha férrea Sorocabana”. Lembrando que Rangel Pestana fora um dos fundadores de *A Província*, bem como um de seus principais redatores, percebe-se a intenção do jornal ao registrar a visita do político ao interior paulista. Finalmente, encerra-se a matéria com o sucesso da campanha republicana: “Convém aqui consignar-se também que o dr. Rangel Pestana mostrou-se penhorado pelos cumprimentos que recebeu de amigos e correligionários, em quase todas as estações, tanto na sua ida, como na sua volta”.

Na edição de 4 de janeiro de 1914, o texto que ocupa quase toda a primeira página em homenagem aos 39 anos do jornal oferece a versão da própria folha sobre seu papel no advento da República: “A propaganda republicana, da qual a ‘Província de São Paulo’ foi poderosa mola impulsora, começava a inquietar o arguto imperador, que trocara o despotismo paterno pela manha corruptora”. Para o leitor que não havia acompanhado os últimos suspiros do Império, a folha oferecia alguns lances, como a convocação dos liberais, “seriamente irritados desde 1868, por motivo da insólita despedida do conselheiro Zacarias de Góes”. Gradualmente, a folha apresenta os momentos da história brasileira na conquista pela República; dramaticamente, vai levando o leitor a perceber como os elementos que conformam a mudança do regime e o posicionamento do jornal sempre estiveram do lado de quem mais detinha o mérito pela grandeza da pátria, o leitor.

Formava-se o ministério Sinimbu, “com o conselheiro Lafayette, signatário do manifesto republicano de 1870. Seu programa anunciava

largas reformas liberais, visando atrair os republicanos, que o soberano julgava tão convencidos e sinceros quanto o seu ministro”. Ao jogo do imperador opõe-se tenazmente, como conta *A Província*, denunciando “essa engenhosa manobra maquiavélica, tão nos hábitos de D. Pedro II. E assim impediu a debandada do nascente partido republicano, onde havia elementos dispostos a aderir ao ministério, que, efetivamente, levou alguns trânsfugas”.

Rangel Pestana é, na sequência, o assunto tratado pelo texto, o qual não economiza louvores aos atos de heroísmo do líder republicano. Aliás, *A Província* chama-o de “jornalista”, não de político. “Em nossa pátria, raros jornalistas puderam competir com Rangel Pestana em habilitações para tratar cumulativamente de tão variados assuntos. Certo, não tinha nem a elegância principesca de Quintino Bocaiúva, nem a graça garret-teana do Ferreira de Araújo”; seu estilo refletia a integridade do homem, “feito de imagens e parco de adjetivos, seu estilo era bem o homem: seco, frio, simples, conciso em demasia, talvez por atavismo, pois descendia de anglo-saxões”. Não era um literato fora da realidade.

Em 15 de novembro de 1889 o tom do editorial, cujo título é “Para o mal”, na primeira página, não é comemorativo: “A ditadura monarquista não é outra coisa senão o poder pessoal, reconhecido e proclamado pelos dois partidos constitucionais em oposição”. Os ataques se sucedem de modo veemente, informando que poucos anos antes a ditadura era uma prerrogativa pessoal do imperador, atento ao desgaste de sua autoridade. Agora, aponta o jornal, havia uma grave enfermidade na sociedade, pois a ditadura se colocava simplesmente como produto da ambição dos partidários da dinastia, visando somente a garantia de interesses pessoais, sem intuito algum de altruísmo, com a única finalidade, enfim, de perpetrar o domínio da família de Bragança aliada à de Orléans.

Concluindo o texto, justifica-se o título: “A ditadura monarquista só tem servido para o mal e, quando tenta fazer o bem, a mira é o seu próprio interesse”. Por fim:

Ela só pode dar o despotismo, o atraso, a dúvida e o susto.
Não prestou até hoje e não prestará para amanhã.

A nação não tem conseguido elevar-se à altura da civilização dos nossos dias nem do movimento industrial que constitui hoje o sinal de vida dos povos. Nem os arremedos do parlamentarismo inglês, nem as cavilações do despotismo dos cézares lhe há trazido glória, progresso e grandeza. E é isso que honra, enobrece e justifica uma ditadura local, benéfica e justa.

Informa o sítio oficial do grupo “Estado” que, no dia 16 de novembro de 1889, a primeira página publicada trazia apenas o título “Viva a República”. Júlio Mesquita participaria, então, do governo estadual provisório, o que fora comentado pela edição comemorativa de 4 de janeiro de 1914, “a 16 de Novembro de 1889 a ‘Província’, iluminada pela vitória explode em entusiasmo. A primeira página traz simplesmente um gorro frígio com esta exclamação em letras garrafais – Viva a República!”. Fato tão importante não ficaria restrito a São Paulo: “Depois, nas outras páginas, telegramas sobre o movimento revolucionário no Rio, a proclamação do governo provisório de S. Paulo e notícias sobre os acontecimentos do dia 15, que encerram a campanha política iniciada com o manifesto de 1870”.

Diferente tratamento receberia o 4 de janeiro de 1890, quando o jornal completaria seus quinze anos de existência. Contando com menos de meia coluna na primeira página, a matéria traz a consciência da vitória pela causa em que o jornal se envolvera desde a fundação, bem como a necessidade de lutar por um governo mais justo à república; e isso demonstra fazer nas colunas da mesma página, nas quais se observa títulos como “Grande reforma” e “A constituinte”. Informa que “Com o número de hoje completa *O Estado de S. Paulo* quinze anos de existência. Felizmente, podemos hoje volver com serenidade o olhar para os três lustros decorridos, sem que nenhuma sombra nos venha manchar a claridade da consciência”, orgulho de um veículo de comunicação, como quer a matéria, sempre cumpridor de seus deveres de jornalistas e cidadãos com hombridade. “Agora os nossos deveres são maiores e mais sérios: vencedores na causa sagrada por que lutamos, não nos ofusca o esplendor da vitória nem nos macula o ódio ao vencido, pois era da Pátria e não nossa a causa que defendíamos”. Mais uma vez procura se legitimar por meio do afastamento “pessoal”

da causa republicana, isto é, o jornal prestaria tão somente o serviço de comunicar o desejo da nação; anuncia também: “Continuaremos sempre no nosso posto, servindo com lealdade e dedicação os princípios porque hoje se governa o país, únicos que podem fomentar e dirigir a grande expansão do nosso progresso”; e para encerrar, deseja a todos os leitores “Saúde e Fraternidade”.

Compreende-se, pois, que entre a fundação do periódico *A Província de S. Paulo* e o surgimento de *O Estado de S. Paulo*, a folha procura afastar-se da ideia de que estava a serviço de um partido ou grupo hegemônico, aproximar-se da classe burguesa e consolidar sua seriedade imparcial no meio jornalístico. Procura estabelecer uma voz legitimada por valores admitidos como pouco correntes no jornalismo, quais sejam, a imparcialidade, a veracidade, a opinião clara e precisa.

Cinco anos depois, no aniversário de 20 anos (4 de janeiro de 1895), o editorial, na página de abertura, não se furta à tarefa de rememorar para o leitor seu papel no cenário político brasileiro, especialmente quanto ao estabelecimento da República: “Folha de propaganda e de combate, rutila nas suas colunas a energia incansável de Rangel Pestana e Américo de Campos, seus egrégios fundadores, secundados por todos os bons espíritos que no tempo da monarquia combatiam as instituições políticas nacionais em nome da República sonhada”. É interessante o adjetivo que adota para examinar a si mesma: “Folha conservadora depois da revolução de 15 de Novembro, estamos convencidos de que contribuiu com o seu conselho e o seu esforço para a reorganização política do país” – conservadora ou liberal, tem a firme convicção de ter contribuído “para a honestidade e seriedade da administração, sustentando sem dependências os governos honrados e patrióticos, combatendo com vivacidade os que se afastaram do caminho reto, levados por interesses ocasionais a mentir aos princípios das vigentes instituições da Nação”.

O editor não é descuidado. Logo em seguida, lembra seus leitores de que o jornal é voltado para toda a sociedade, pois fora da esfera política “*O Estado de S. Paulo* tem procurado ser útil a todas as classes, às artes, às indústrias, à lavoura e ao comércio, pugnando por todos os interesses legítimos, desenvolvendo as suas seções, ampliando notavelmente o

seu noticiário, variando o mais possível a leitura que oferece”, em suma, “seguindo ou aceitando todas as idéias novas, todas as correntes literárias ou artísticas que vem surgindo, todas as tendências, enfim, do espírito do seu tempo”. Como bom jornal, abre-se a todo cidadão que lhe desejar os serviços.

Essa insistência em associar a causa republicana à causa popular – seja o que isso signifique para uma população de maioria analfabeta e completamente à margem das decisões políticas no entresséculos, é encontrada na página fundadora de 1875. Nela, o leitor é levado ao encontro dos problemas considerados relevantes para o povo paulista de acordo com um seletivo grupo, como se anuncia na apresentação do jornal: “Criada pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela no caso de satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província, cujo nome toma para seu título; e isto justifica o seu aparecimento”. Como se depreende do texto, seriam as aspirações da província de São Paulo as próprias aspirações dos comanditários do jornal e, uma vez engajados na campanha republicana, os interesses do jornal transcendem aos da província são interesses nacionais.

Na sequência, o jornal coloca-se polidamente no meio editorial, ao lado dos “respeitáveis órgãos de publicidade”: “um lugar modesto, mas com bons desejos de ser útil à causa pública”. Insiste-se, ainda, na neutralidade como característica: “Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer d’ eles” é o jornal que está em posição de escapar “às imposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder e seus proventos”, tendo na “independência o apanágio de sua força e a medula da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e critério em que fundará o salutar prestígio a que destina-se a imprensa livre e consciente”. Embora proclamada sua franqueza, o redator toma cuidado ao definir “imparcialidade”, observação que parece salvaguardar a posição política do jornal: “sua imparcialidade não será, por isso mesmo, a imparcialidade do silêncio”, por isso, consciente de si mesmo, a jornal “nos devidos termos da oportunidade e comedimento, e com a independência de uma opinião séria e convencida”, realizaria

“análise da marcha e governação social, em todas as suas esferas, seja qual for o matiz político dominante”.

A seguir, aponta-se o editorial como espaço de manifestação do posicionamento político do jornal, que “guardará nas colunas editoriais a harmonia de um pensamento político”, qual seja:

se não o do século e particularmente a tradução fiel das tendências bem pronunciadas da província de S. Paulo e mesmo d’ esta nação, aonde todos se confessam entusiastas da democracia e louvam-lhe os intuítos pacíficos e civilizadores, versando muitas vezes a disputa palavrosa em saber quem melhor a compreende e pratica.

Pelo trecho, pode se concluir que as aspirações da ainda província de São Paulo estão projetadas sobre o território nacional, onde “todos” confessam entusiasmo pela democracia.

O texto da primeira página de 1875 registra, portanto, a posição política de seus redatores, afirmando que estamos numa época em que “até mesmo a palavra república já não assusta”. Isso significa “na medida progressiva de suas forças auxiliar ao comércio, à lavoura, às artes, indústrias, ciências, e literatura, tratando os assuntos que lhes digam respeito, e abrindo espaço a todos os talentos e aptidões que em suas páginas queiram aparecer”.

Deixando o século XIX, com suas agitações e mudanças de regime, encontra-se em 28 de outubro de 1913 o programa do Partido Republicano Liberal, dissidência do PRP. Informa-se ao leitor que constituíam o programa do PRL as ideias sustentadas na plataforma pelo candidato à presidência da República Rui Barbosa em 15 de janeiro de 1910. Ideias que haviam recebido, segundo o jornal, em 1º de março, a sagração nacional com o número de 300 mil votos, os quais eram expressão popular de apoio ao candidato civilista. Para que a população em geral tomasse conhecimento do teor desse programa, ele é exposto resumidamente na edição do dia 28 de outubro: “Adotando, como escritura dos seus compromissos com o país, esses princípios e encargos, o Partido Republicano Liberal aqui os articula nas suas estipulações capitais, para clareza da sua altitude, e se obriga, assim: a

sustentá-los na oposição, como a realizá-los no governo”. Em seguida, enumeravam-se os itens de modo a esclarecer aos leitores o programa formulado por Rui Barbosa.

Ainda que esclarecido o posicionamento político, é importante lembrar que o jornal aponta, na primeira página de 1875, o problema da ausência de debate nas páginas dos diários nacionais, uma vez que:

quem não pertence ao grupo a que cada uma pertence, em nenhuma delas aparece, nem mesmo como literato ou escritor de ciências; todos julgam-se comprometidos, responsáveis pelas opiniões políticas da redação, imprimindo em qualquer seção de tais folhas o cunho de sua individualidade literária ou científica.

A nova folha tinha por compromisso, pois, ser justa. E isso é um dever, dado que “o jornalismo é um sacerdócio, e tanto mais nobre e difícil quanto é certo que aqueles que o exercem devem muitas vezes esquecer sua individualidade, para se lembrarem constantemente de que representam uma força”, força materializada em sociedade ou partido, “ou o que quer ela seja – sujeita a variar em sua intensidade e em suas manifestações”.

Uma vez comentada a missão do jornal, cabe apresentar ao leitor a equipe com a qual a província de São Paulo contará para sua apresentação diária, uma equipe à altura do consumidor paulista: “Contando em diversos municípios importantes da província cavalheiros interessados na sua existência, e em quase todos amigos dedicados, muitos dos quais se comprometem a colaborar ativamente nos trabalhos da redação, esta folha esperar corresponder ao apoio que lhes for dispensado” – apoio para formular, vender, distribuir.

Não basta, com isso, apenas ter uma boa intenção, é preciso profissionalismo, com “escritores amestrados e talentosos, competentíssimos alguns para tratarem de assuntos referentes à agricultura e outros de interesse público, se incumbem de oferecer aos leitores do novo jornal os conselhos que a prática e as ciências consorciadas lhes tenham sugerido em benefício da vida nacional”. Agricultura e interesse público, dois eixos sobre o qual o jornalismo de *O Estado*

se movimentaria, de acordo com o primeiro número. Para que uma empresa se sustente é preciso, pois, mais que a solidez de um investimento inicial – é preciso garantir a “confiança dos fornecedores dos capitais n’aqueles que os devem gerir”.

Na segunda parte do artigo, denominada “A província de São Paulo”, o jornal traz um texto a respeito da própria publicação. Se a missão já se fizera divulgada no primeiro bloco, agora ela é contextualizada em relação à vida nacional, afirmando que o papel do escritor é “fazer crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada”. Apesar dos obstáculos dessa empreita, “julgam os espíritos retos e reflectivos ser tarefa difícilima, cujo desempenho depende de certa disposição de ânimo que nem sempre as paixões pessoais e políticas permitem de modo perdurável ao escritor”.

É sem paixão pessoal e política, como se lê, que o escritor deveria analisar os problemas do país. Portanto, quando o escritor ou jornalista tem “a faculdade de achar-se na posição de mero observador dos acontecimentos, pode melhor acompanhar a marcha social, o fio emaranhado e muita vez escuso de sua evolução histórica, as fraquezas ou heroísmos do povo e do poder”, além de perceber “os sintomas característicos das enfermidades políticas que mais desvelos e mais acurado exame solicitam, expondo com a verdade o que deve ser claro e demonstrando, e assim realizando a máxima patriótica de que”, segundo parece crer o próprio jornal, “descobrir e diagnosticar o mal já é vencê-lo em metade”.

Mais que neutralidade, o jornal apresenta-se como portador da cientificidade necessária para se abordar as questões nacionais, de modo a diagnosticar as doenças brasileiras e apontar remédios eficazes. “Esta é a posição que desejamos manter na imprensa”, e, para não fugir aos parâmetros que estabelece para si mesmo em seu primeiro número, o jornal descreve um quadro de conturbação social. O estado de coisas é reconhecido “por aqueles mesmos que não são os mais entusiastas em procurar a felicidade e grandeza da pátria ao caminho da liberdade, e da democracia”, concluindo que “de fato, não anuncia o ano de 1875 dias de paz e contentamento geral ao país”.

No parágrafo seguinte, afirma-se que o Brasil está envolvido em agitações sociais de caráter reacionário, o que, de acordo com a voz do jornal, não é exagero: “Não há aqui declamação. Estudando-se com critério e sinceridade o presente estado do país, não há desconhecer os perigos e tropeços da carreira incerta, vacilante e tortuosa que levamos”.

Devem-se abordar os problemas, reitera-se, com isenção de ânimo, uma vez que “as paixões se desencadeiam” aproveitando-se dos mais “repugnantes instintos que a cegueira e a ignorância costumam erguer”; diante disso, “verdadeiras dedicações à causa pública rareiam e a confiança nos homens quase que há desaparecido”. Ao clima de agitação em que se confundem os verdadeiros homens dedicados à causa pública e os ignorantes, agitadores oportunistas, ou seja, uma plêiade de seres inferiores por isso colocados sempre de forma subestimada pelo jornal, acrescenta-se um cenário administrativo marcadamente negativo para o jornal: “Reúnam a isto os males já bem conhecidos e enraizados no passado, – o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado”; acrescenta-se, fato que fere frontalmente os intentos republicanos do periódico, “o descalabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força popular no próprio regime estatuído e dado como vigente”. Todo um quadro desfavorável aos cidadãos de bem, o que ocasiona “o abatimento do espírito público, o mal estar e a descrença criados por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais, e digam-nos que na sociedade brasileira se pode chamar prosperidade, segurança, vigor, entusiasmo e virilidade?”.

A oposição não se dará, assim, pelos partidos políticos. Antes, por ações individuais, as quais devem ter apoio da coletividade, “os atos com que a credulidade e o desespero de causa pretendem que se há de vencer a impetuosidade da onda invasora”. O ideal liberalista: um país livre, democrático, em que a livre iniciativa pessoal deve se dar sob o olhar regulador da coletividade, caso contrário, haveria ditadores no comando. Mesmo um ditador enfraquecido pela própria amplitude ditatorial das atribuições que exercesse, suas atitudes eram “contrárias em regra ao desenvolvimento moral e liberal do país”. O

imperador fora aquele que cedia pouco, “e incompleto, somente para não perder tudo”.

O artigo insiste que “não são palavras sonoras, nem atos de expediente, nem medidas de ocasião, os meios que hão de salvar a pátria comum”, o necessário é uma “política prática”, mas não pautada pelos atos individuais da monarquia, mas em atos “inspirados por um ideal determinado, claro e concludente”. Ao final do texto, o artigo continua a frisar a ausência de propostas políticas mais consistentes, “governo, partidos, e a mesma sociedade, no quanto pôde ser compreendida, vacilam, agitam-se no vácuo quando não dormem o sono da atonia, o que tudo revela ausência de convicções, de observação, de tirocínio, experiência e estudo de princípio”. Conclui-se, por oposição, que a folha que se inaugurava era um órgão ativo, representativo das vozes do povo brasileiro, plena de propostas, sem tibieza.

Esse quadro é, portanto, o responsável pelo “mal estar e a marcha lenta e doentia das províncias”, tese que “mais aturado estudo nos há de merecer em ulteriores escritos”, isto é, o primeiro número do jornal expõe publicamente uma das causas com as quais se mostrará engajado. Para encerrar, o artigo registra que, apesar do estado em que andam os negócios das províncias, São Paulo ainda é superior às demais: “É digna do empenho, ela, que, apesar dos obstáculos, campeia entre as irmãs como o vivo e melhor exemplo de energia e civismo” – um enaltecimento registrado sem nenhum pudor na primeira página do jornal.

É, contudo, na matéria assinada por Rangel Pestana em comemoração aos dez anos do jornal, 4 de janeiro de 1885, também na primeira página, que a ênfase sobre o método científico se mostra mais intensa. “Com uma opinião política, determinada pela educação científica e sendo a República a sua aspiração, tem sabido colocar-se no ponto relativo do movimento social, fazendo a crítica dos acontecimentos com a tolerância que é condição de acerto na observação dessa ordem de fenômenos”. Com efeito, “educação científica” e “fenômenos” são exemplos de um vocabulário das ciências naturais transpostos para a análise social. Após manifestar a lealdade ao programa inicial, o discurso desvela o ideário “iluminista” dos comandantes do jornal, pelo qual a racionalidade da ciência traz soluções aos problemas nacionais.

Explica-se o redator: “Na ordem econômica obedece a leis positivas e se esforça por torná-las conhecidas no exame dos problemas, cuja solução afeta a vida nacional”, um método que, pela sua racionalidade, “discute para convencer ou critica para obter o melhor, respeita as pessoas dos adversários, ou os sustentadores de interesses que são contrariados por aquelas leis”. A imparcialidade, então, advém justamente desse rigor, pois “com este objetivo pretende firmar-se ainda mais no terreno científico, abstraindo-se das paixões partidárias, dos ódios de raças, dos preconceitos de nacionalidade, de religião e escolas”.

A evolução da civilização brasileira estaria no centro das atenções do jornal, que poderia contribuir para a evolução social, “reclamando para todos a liberdade a fim de poderem exercer a sua atividade e afirmarem que o homem vale sociologicamente pelo aperfeiçoamento integral de suas faculdades”. Para isso era necessário um veículo de comunicação que abordasse questões econômicas e sociais, as quais, relacionadas à política, não deixariam de ocupar lugar importante nas colunas do jornal – “atuando sobre a sociedade para constituição de um partido, não escravizando-se, porém, às suas paixões, um jornal só pode exercer larga e benéfica influência política”.

Rangel Pestana é quem também escrevera os dois artigos da primeira página do número inaugural. No segundo texto, “A Província de São Paulo”, transparece de modo indelével sua formação científica e positivista, visível no domínio do jargão científico: “Discutir como filósofo os princípios fundamentais que devem entrar na organização, governo e progresso dos povos, é trabalho relativamente fácil e agradável”, contudo, pondera, “fazer a crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada” sem se deixar manchar pelos interesses pessoais, aí estaria o mérito da nova folha. Para Rangel, o que o Brasil necessita é “de uma política prática, é certo, mas cujos atos sejam inspirados por um ideal determinado, claro e concludente”. *O Estado* para uma política eficaz, forte e decisiva.

Se cada 4 de janeiro é motivo para um texto comemorativo, o aniversário de 1914 é festejado por um texto que merece dupla atenção: primeiro, porque é o ano em que Monteiro Lobato publica um

artigo considerado como o “revelador” do grande articulista, “Uma velha praga”, e isso importa como elemento contextualizador para a produção do escritor; segundo, porque o texto retoma a história do jornal, então com 39 anos de existência (o que não é realizado no ano seguinte, ao completar quarenta), de modo mais relevante.

No domingo de 1914, a matéria “A história de um jornal”, cujo subtítulo é “O ‘Estado de S. Paulo’ em 39 anos de existência”, ocupa quatro das cinco colunas da primeira página do jornal, sendo a parte inferior da folha ocupada por grande anúncio da “A. H. Lundgren & Cia”, “fazendas por atacado e roupas feitas”. O texto divide-se em cinco seções: A fundação em 1875; Os primeiros anos; Uma década de lutas; Depois da República; Progressos atuais.

“A fundação de 1875” é uma introdução que, ao relembrar a cidade de São Paulo à época da fundação do periódico, compara o presente e o passado paulistano. Nessa comparação há momentos em que o redator alcança a eloquência de quem se lembra orgulhosamente de sua própria história; eloquência que se constroi apelando a imagens de tom emotivo ao leitor: “Cenas do passado! Costumes de outrora! Como nos parecem longínquos a nós outros que os vimos há trinta e cinco anos! Como se nos diluem na memória com o rápido perpassar de sete lustros!”.

A correlação que estabelece entre a formação de uma burguesia local e a necessidade de um jornal que atendesse a esse público revela-se ao longo da descrição da cidade. Poeticamente, afirma que “a crisálida imóvel e disforme já se preparava para se transformar em linda borboleta, ágil e multicolor. A pacata capital provinciana, finda a sua prolongada hibernação, ia levantar vigoroso surto como esplêndida metrópole moderna”; o cenário está em transformação: “dentro de seus limites penetrava vitoriosa a locomotiva, arrastando fragorosamente os trens carregados de café. Os fios telegráficos se distendiam pelos postes, trazendo e levando o pensamento humano, na sua ânsia de destruir e reconstruir”. O desenvolvimento industrial chegara com os trilhos dos primeiros bondes cortando as pedras brutas do calçamento e ligando ao centro os arredores. “A luz do gás principiava a brilhar nos combustores, desalojando os lampiões de querosene e óleo. A cara do italiano

operoso e ativo apontava, a medo, na estrada de Santos, em busca de um lar hospitaleiro”, era “a indústria, a riqueza, a atividade mercantil, o progresso sob todas as formas, que iam alargar, multiplicar, renovar o velho burgo do padre Anchieta...”.

Obviamente, indaga-se em tom reflexivo, “era de admirar que a famosa capital dos bandeirantes quisesse também um jornal que fosse, a um tempo, forte propulsor e límpido espelho de sua futura grandeza?”. As classes sociais que se consolidavam necessitavam de nova imprensa, já que a existente “não satisfazia aos espíritos progressistas e liberais”. Mais uma vez, explica-se: “O ‘Correio Paulistano’, fundado em 1854, ressentia-se da falta de redatores capazes de discutir os problemas nacionais; limitava-se a publicar atos oficiais, notícias atrasadas e mofinas ao sabor da época”, ou seja, nele não se discutiam democraticamente os problemas nacionais; “O ‘Diário de S. Paulo’, que aparecera em 1865, não passava igualmente, de simples divulgador de atos oficiais, como órgão do partido conservador, que o sustentou com subvenções do governo”, caindo no mesmo caso do anterior. As outras folhas, segundo o artigo, “eram semanários sem maior valor, ou efêmeros periódicos de estudantes”.

Divulgar atos oficiais corresponderia estar alinhado com o regime, ou melhor, com a monarquia. Mediante tais condições (ou jornais subsidiados pelo governo ou jornal sem maior representatividade), “um núcleo de distintos cidadãos pensou em criar na província um diário que perante a nação representasse condignamente uma região em vésperas de tornar-se a mais rica e próspera do Brasil. Nascida a idéia, não tardou em converter-se numa brilhante realidade”. Em seguida, o texto retoma a relação dos comanditários já apresentados na primeira página de 1875. Acrescenta, porém, que Rangel Pestana e Américo de Campos, “escolhidos para redatores, entraram com maiores cotas e formaram a firma Pestana, Campos & Comp. A administração foi confiada ao sr. José Maria Lisboa, que deixara o ‘Correio Paulistano’”. Revela ainda que os artigos referentes ao programa e à política, do primeiro número, foram “ambos devidos à pena de Rangel Pestana”. Em outros termos, surgira *A Província* sob os auspícios do grupo da Convenção de Itu, tutelado por comanditários envolvidos com a

República, dirigidos sob a batuta de Rangel Pestana, a personalidade centralizadora do jornal.

Reiterando o relato da página de 1914, o sítio oficial do grupo “Estado” mantém uma descrição muito próxima daquela apresentada por ocasião do aniversário de 39 anos do jornal, destacando que, apesar das inovações, São Paulo era ainda uma pequena cidade com pouco mais de trinta mil habitantes, na sua maioria tropeiros, funcionários públicos e estudantes de direito. “Na margem oeste do Anhangabaú ainda se caçavam perdizes e se pescavam bagres em uma lagoa próxima à Estação da Luz”, contabilizava, em 1875, “mais dois jornais diários de algum porte: o ‘Correio Paulistano’, fundado em 1854; e o ‘Diário de São Paulo’, de 1865 – ambos extintos”.

De toda essa viagem pelos aniversários de *O Estado de S. Paulo*, que já se sabe republicano, destaca-se, na edição de 1914, o modo de ser republicano do jornal: o modo positivista. Educar cientificamente e adotar o método positivista, conforme também se lê na primeira página de 1885, é um fio condutor para as matérias do jornal.

Aliás, desde a edição inaugural o jornal abria em suas páginas lugar para matérias de cunho científico, não ciência aplicada somente à política. É assim que se leem séries de artigos sobre infância, educação, saúde. Muitas delas bem específicas, como matérias sobre a gagueira, por exemplo. Personalidades do meio científico contemporâneo são chamadas para dar sua contribuição para a ilustração do povo brasileiro, versão nacional de uma ilustração tentada via jornal, já que a escolar falhava a olhos vistos.

Ao considerar o modelo político proposto pelo jornal, pode-se entender o ideal liberalista como concepção dos direitos naturais do homem, isto é, compreendiam-se questões de organização social como direitos herdados naturalmente pelos homens. Sem dúvida, a pretensão de instalar, no Brasil, uma República guiada pela ciência e pela razão. Promovendo a liberdade, a igualdade, a justiça, a segurança e o direito à propriedade, o governo faria seu papel de dar subsídio suficiente para todo indivíduo desempenhar o melhor possível as funções sociais almejadas.

A ideia de felicidade estaria na busca do bem para o maior número de indivíduos. A partir desses princípios, desdobra-se a ideia de

progresso presente já no primeiro editorial, em 1875. Citam Locke, recorrem às leis da evolução de Spencer e referenciam Comte no âmbito de um programa formador de elites. Nesse emaranhado de concepções muitas vezes discrepantes, elaborava-se um conceito moderno de progresso que era a tradução do sonho de perfeição na vida temporal, um desejo de regeneração da humanidade. Entende-se, nesse contexto, a preocupação de se marcarem nas páginas comemorativas o posicionamento ético da publicação, bem como a busca de esclarecer ao leitor mais desavisado que se tratava, sim, de um jornal republicano, porém, e por isso, aberto ao debate.

Como força inerente ao mundo guiado pelas conquistas dos mais aptos, pensamento vincado pelas leituras da obra de Spencer, acreditava-se num contínuo avanço para o bem comum. Mesmo o que pelos editores fosse caracterizado como desordem e ausência de progresso “seria transitório e que, uma vez superado, a evolução retomaria seu curso normal, caminhando no sentido da plena democratização do país, da realização os ideais liberais” (Capelato & Prado, 1980, p.96).

É em busca da ordem e do progresso que *A Província* se manifesta pela República. E é em busca desses mesmos elementos que se envolveria em campanhas sanitaristas, em questões econômicas, em debates políticos. A visão de sociedade desse lugar do qual o grupo de *O Estado* observava seu Estado, o Brasil e o mundo permite distinguir características desse modo de pensar. Concebendo a sociedade como uma organização de classes, o natural – as etapas naturais de acordo com a evolução, a organização lógica da natureza e do mais apto – era que no topo estivessem as classes intelectualizadas, capazes de guiar a nação.

Ao abordar o problema do café, por exemplo, percebe-se que o jornal se coloca num diálogo entre parceiros. O café é “nosso”, isto é, dos paulistas: “Não há como contestar que, desde 1850, ao café devemos a maravilhosa prosperidade da terra paulista: fez a nossa fortuna e grandeza, deu-nos o primeiro lugar na federação brasileira”. Ainda que esse artigo, datado de 24 de dezembro de 1914, apresente a dubiedade dos efeitos da cultura cafeeira para o Estado de São Paulo, é visível que recorre aos leitores como se todos usufríssem da fortuna gerada pela mercadoria de exportação. A explicação econômica refere-se a todos

os paulistas, destacando-se a primeira pessoa: “dele procuramos tirar tudo: lucros agrícolas e mercantis, dividendos de companhias ferroviárias, rendas públicas, etc. Sobrecarregamo-lo de ônus e tributos de toda a espécie. Não houve exigência que ele não atendesse, luxo que não satisfizesse, loucura que não pagasse”. O problema máximo dos paulistas seria, assim, baratear o café, sem sacrifício dos “nossos” legítimos interesses.

A fórmula comercial era vender barato para vender muito. Atento ao desenrolar da guerra, o articulista afirma que ela eliminará diversos concorrentes, cujas terras ocupadas e bombardeadas ficariam fora da competição. Seguem as análises deixando o leitor convencido de que o café tem solução, até mesmo com a diversificação da lavoura. No entanto, em momento algum o texto deixa entrever alguma questão social mais pertinente à época, nem adentra questionamentos mais complexos como o fortalecimento do mercado interno mediante aumento do poder de compra das classes menos favorecidas. O artigo fala em nome dos cafeicultores, aponta dados, sugere encaminhamentos; atitudes pensadas do patamar de quem produzia em grandes fazendas ou, ao menos, compartilhava das ideias dos proprietários do café.

As soluções apareciam constantemente anunciadas nas conquistas da ciência. Em matéria de 5 de janeiro de 1917, por exemplo, sob o título “O duelo entre a eletricidade e o vapor nas vias férreas”, encimado pela chamada “Um problema de atualidade”, o leitor encontra uma explicação detalhada sobre o problema do vapor como elemento motriz para as locomotivas. “No fim de um século de existência, a locomotiva a vapor atingiu, sem dúvida alguma, um alto grau de aperfeiçoamento, mas, para os engenheiros de estradas de ferro, atualmente, os problemas já não se podem resolver pelos antigos processos”.

É possível notar, então, um caráter didático nessas matérias. Por vezes ocupando mais da metade de uma página do jornal, elas explicam o objeto de estudo, as preocupações que o envolvem, as soluções possíveis. Mais que convencer, é perceptível a preocupação em instruir o leitor sobre o caso, apresentar-lhe elementos do mundo da ciência ainda desconhecido. Em 11 de junho de 1918, para elucidação do procedimento comum em *O Estado*, Mario Pinto Serva

busca esclarecer ao leitor uma das causas da luta formidável travada no velho continente – o estiolamento, isto é, o enfraquecimento da energia francesa, “a estagnação e paralisação lenta e contínua do desenvolvimento da raça gaulesa, enquanto a Alemanha ganhava rápida e constantemente terreno e se assegurava uma superioridade absoluta como potência continental”.

Serva afirma que não bastava à França ter literatura, história e artes admiráveis. Para garantir a um país posição entre potências era preciso medir-se a quantidade de homens que se pode pôr em armas. Para comprovar isso, o analista recorre às taxas de natalidade, demonstrando que o número de nascimentos na França vinha decrescendo ano a ano. Cita datas e números de nascimentos; dados anteriores e atualizados. Vê o celibato e o filho único como “defeitos” para o país, “outros defeitos, porém, são comuns a toda a raça latina”, segue a enumeração: “a falta de iniciativa, a falta de energia, a burocracia, a falta de educação apropriada, tudo isso na França, como nos outros países latinos”, características em oposição aos povos anglo-saxões, onde a maior parte dos homens se lançam no comércio, na indústria, em todas as carreiras ativas, abraçadas também pelas elites das inteligências, que entre nós se esterilizam em “bisantinismos literários”. O abandono das carreiras produtivas levaria inevitavelmente ao parasitismo, mediante a proliferação de enorme quantidade de vícios. Como na França, o Brasil tinha como problema os vícios de organização psíquica, moral, social e política. “Os nossos piores inimigos são os inimigos internos. Ninguém pode calcular os prejuízos monetários e de toda espécie que anualmente nos causam os nossos inimigos internos, que são muito mais perigosos e que têm sido muito mais nefastos para o país que os nossos inimigos externos”.

Em 29 de setembro do mesmo ano, uma matéria sobre educação física ensina ao leitor, em primeiro lugar, do que se trata essa atividade: “A educação física é uma obra de conjunto e de harmonia que abrange o corpo inteiro – carne e espírito – e vai dos mais importantes aos mais secundários músculos”, não tendo ela o objetivo de “formar lutadores de feira nem monstros de salão. O seu objetivo é simplesmente conservar e aperfeiçoar o corpo”. Para isso, é necessário

método adequado: “A prática tem mostrado que só há um meio de o conseguir: é pelo exercício quotidiano de ginástica educativa” – domar o instinto, exercitar o corpo, racionalizar o esforço. Ao contrário dos esportes, que sempre desenvolvem parcialmente o corpo, ou seja, uma parte mais que a outra, o “abc” da ginástica educativa é fundamental para a prática de qualquer esporte. É o que permite ao homem vencer todas as fadigas, eliminar e evitar as gorduras, adestrar-se para os exercícios físicos das modalidades. É a ginástica sueca a base desse procedimento responsável por desbastar, modelar e aperfeiçoar todo o corpo humano. O analfabetismo em matéria de educação física seria tão grave quanto o intelectual.

Caberia, assim, aos interessados em não ver seus corpos atrofiados, educarem-se adequadamente. Os esportes populares, por sua vez, marcadamente o futebol, não deveriam sequer ser cogitados como importantes para o físico. “Ora, não é com pontapés desordenados em bolas grandes, sobre o tapete macio da grama e sobre a carícia dos olhares das damas gentis, que se consegue realizar essa obra de beleza e de higiene”. Não era, portanto, com grosseira prática dos que ignoram os métodos disciplinadores do corpo que se chegaria a melhorar as condições higiênicas do povo. Nem com os gostos populares; nem mesmo com o incentivo a um esporte que viria ser, possivelmente, inimaginável ao autor do texto, uma marca do Brasil no exterior.

O elitismo estaria, pois, ligado ao racismo, decorrência da aceitação dos postulados evolucionistas. A questão da educação física era, evidentemente, tão só uma concepção que sinalizava para propostas ainda mais salutares em termos de higiene. Mendigos e idosos abandonados deveriam contar com asilos, casas de proteção. Cuidar da parte doente seria evitar transmitir às novas gerações legados de miséria e doença. Enquanto os desvalidos e as raças inferiores estariam desprovidos de virtudes capazes de alavancar o progresso nacional, às elites intelectuais caberia o papel de levar o desenvolvimento adiante; isso significa que uma das causas fundamentais dos problemas políticos do Brasil estava na lacuna a ser ocupada por essa elite, consciente de seu dever natural de herdeira das melhores condições de sobrevivência, em suma, mentora do Brasil desenvolvido.

O Estado como uma grande empresa

Na aparente desordem da diagramação do jornal para o leitor de hoje, o periódico traria textos voltados não só para análises do presente, mas também para projetos do futuro. Em muitos, porém, boa parte da população contemporânea sequer poderia fazer parte como mão de obra excedente, dado o estágio de organização social em que se encontrava o país.

Essa preocupação é o motriz, por exemplo, da campanha desencadeada por *O Estado* a favor da criação de universidades, como alegava Júlio de Mesquita Filho. O indivíduo livre, saudável e bem instruído faria do Brasil a nação que merecia ser. Ou que deveria ser por ordem da evolução. Entretanto, para compreender a ideia de desenvolvimento que embasava propostas como a de criação dos cursos superiores voltados para a “mob”, é importante voltar à primeira página de 4 de janeiro de 1914, mais especificamente na seção “Os primeiros anos”, iniciada com a narrativa sobre a história comercial de *O Estado*, incluindo a pitoresca história da venda avulsa realizada por um jovem francês nas ruas da tímida capital:

O vendedor era um francês meio “aluado”, de nome Bernard, se bem nos recordamos. Montado num burro, maço de jornais debaixo do braço, ele tocava espaçadamente uma corneta e apregoava: “A Província de S. Paulo!” “A Província de S. Paulo!” Bem se imagina o trabalho que esse valente precursor dos jovens vendedores de hoje teria para vender algumas dezenas de folhas, da Luz à Liberdade, de Santa Efigênia ao Braz.

A cidade crescera, ainda que as elites intelectuais não encontrassem os leitores, em quantidade e qualidade, do jornal que almejavam. Era preciso fecundá-los e, para isso, o avançar do tempo mostrou que já não era mais possível um cavaleiro percorrer as ruas alardeando o produto jornalístico. Mesmo que cheio de empecilhos, os caminhos abriam-se para empreendedores nos moldes de Monteiro Lobato, dispostos a entrar para a vitrine da notícia, para fazer literatura, e fazer literatura para estar na vitrine que vende – o que seria também fazer jornal.

Ainda como *A Província*, é perceptível que adotar o ideário republicano também implicava uma prática de mercado em que o objeto escrito deveria ser visto como mais um produto. A ideia de colocar o francês “meio aluado” na rua incitou a reação popular: era um despau-tério aquela “mercantilização da imprensa”. A mercantilização de *A Província*, na verdade, já se iniciara desde a inauguração da nova folha. E os outros jornais logo entraram no páreo, evidentemente, para ganhar e não deixar que aquele periódico abalasse suas respectivas vendagens. Bancas, pontos, disputa por pontos. A divisão do trabalho, a importação de máquinas, os atos empreendedores já faziam crer a um observador comum que o Brasil caminhava a passos rápidos em direção ao progresso. No entanto, os bastidores mostravam uma situação bem diferente: “nos primeiros anos, a empresa deu prejuízo, apresentando um déficit de 16:951\$240; golpe maior seria, depois, a perda de 29:600\$000, depositados na casa bancária de Mauá & Cia., com a falência desta” (Sodré, 1966, p.260). Como uma das empresas mais resistentes aos reveses da economia brasileira, *O Estado* tem merecido destaque num país cuja imprensa geralmente tinha morte precoce.

Na página *on-line* oficial de *O Estado de S. Paulo*, registra-se que a tiragem inicial fora de dois mil exemplares – é importante lembrar, grande tiragem para um público leitor reduzido à classe média urbana e aos cafeicultores paulistas – em meio a uma população nacional estimada em 31 milhões de pessoas. No início de 1888, *A Província* atingiria a marca de quatro mil assinantes. Em janeiro de 1890, seriam oito mil assinaturas; a partir de 1896 contam com dez mil assinantes. Com o sucesso editorial, a empresa investe em nova máquina, chegando a produção diária a 18 mil exemplares – e a vendagem ainda foi auxiliada pela importância que se dava à Campanha de Canudos, acarretando enorme procura pelo jornal que mantinha Euclides da Cunha (1866-1909) como correspondente.

Em 1902, assume Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fundadores. Tornar-se único proprietário era decorrência endêmica de um grupo que, dando o empuxo inicial ao negócio, dele receberia a grande vantagem de ver um jornal republicano vigorosamente reproduzido sem intervalos desde

janeiro de 1875. A edição comemorativa pelo 39º aniversário, em 1914, afirma que dos quatro mil exemplares de 1888, a parte de assinantes era de 3.210; porém, mais importante é frisar que do número de assinantes “talvez um terço não seja de republicanos”, uma assertiva sugestiva do prestígio buscado pela *Província* como legítimo jornalismo que se coloca além de todas as circunstâncias para dar a verdade ao leitor. Informa, também, que “comemorando seu 13º aniversário, apresentou-se com o formato aumentado, reformou o material tipográfico e estendeu o serviço telegráfico, aliás muito resumido e só da ‘Corte’, no dizer da época”, e para atender aos clientes, “prometeu ampliar as informações de ordem econômica, deficientes até com relação ao café, principal produto paulista”.

Se as modificações estruturais indicam tanto possíveis problemas econômicos pelos quais passa *O Estado de S. Paulo* bem como possíveis necessidades dos leitores, é importante notar que a longevidade do periódico pode ser resultante do fato de, mesmo com mudança de diretorias e proprietários, o jornal não ter abandonado sua proposta editorial. Isso também aponta para a relação com o grupo que o gerencia: justamente por se propor a ser mais que simples porta-voz político, é que não perde seu caráter empresarial, uma vez que, alternando-se diferentes posições sobre o poder monárquico ou republicano, o hebdomadário permanece na ativa, na busca de atender ao público leitor.

As crises, entretanto, batiam às portas mesmo de negócios mais sólidos como *O Estado*. A liderança do experiente Rangel Pestana não ausentou a empresa dos perigos do desaparecimento precoce, “por volta de 1885, a ‘Província’ sofreu ainda uma gravíssima crise, em que esteve a pique de naufragar, devido a descabidas exigências de alguns comanditários”. A matéria, nessa altura, não responde quais exigências foram essas, fato que a página *on-line* do grupo “Estado” também não esclarece. De qualquer modo, a crise foi a porta de entrada para o genro de Cerqueira César, jovem jornalista filho de portugueses, iniciado na redação de *O Estado* aos 23 anos e apresentado por Alberto Salles.

Que falem as questões empresariais mais uma vez na condução dos negócios, a entrada de Júlio Mesquita seria a ruptura com a dependência financeira do grupo oligárquico – que, lembre-se, não se reconhecia

como tal. Sobre isso, a página oficial de *O Estado* destaca que havia problemas de vendas causadas pelo antilusitanismo de Alberto Salles. Júlio, como filho de portugueses, consegue trazer novamente os clientes enfurecidos para a empresa.

“Com o oportuno e desinteressado auxílio do dr. Júlio de Mesquita, conseguiu-se negociar um acordo e impedir que o valoroso órgão republicano caísse às mãos de qualquer adversário de suas aspirações políticas”, nesse ponto a matéria de 1914 não só trata da entrada de Júlio de Mesquita, mas também contraria sua própria colocação: o auxílio do jovem redator não é desinteressado (que o fosse financeiramente), antes diretamente ligado ao poder político, como a matéria demonstra ao apontar a preocupação de que o jornal caísse em mãos de adversários. Disso, pode-se perceber que, embora a lucratividade do periódico não fosse o principal objetivo, como veículo de informação e formação, *O Estado* não era um negócio para se deixar por qualquer crise.

A presença de Júlio de Mesquita e o reatar das relações com os comerciantes portugueses certamente fez a diferença para o jornal, cujas finanças, “apesar de tais contratemplos, melhoravam, com a verificação de saldos”. Apresentando nova descrição das receitas e despesas de 1886 e 1887, o artigo revela resultados positivos na balança comercial, ainda que tímidos.

Outras caras aparecem na redação: Gomes Cardim, Octavio Mendes, Manuel da Rocha, Hyppolito da Silva, Gabriel Prestes, além dos novos administradores, Manuel Oliva e Pedro Braga, os quais “de longa data, vinham servindo à folha em outras posições”. Com a consolidação da empresa, mais fontes de informação, mais textos à disposição dos leitores; para administrar, pessoas leais à casa. Com a agitada vida política, e os conseqüentes desgostos com a República, as modificações ocorridas em 1888 seriam inevitáveis: “A 3 de novembro de 1888 Rangel Pestana participou ao público haver transferido a ‘Província’ a uma sociedade comanditária”, sob a firma de Rangel Pestana & Companhia: “Conservo a direção da folha – dizia – e a gerência está confiada ao dr. Júlio de Mesquita, talentoso e conhecido escritor, que fará também parte da redação”.

Com a vitória da República, Rangel Pestana e Júlio de Mesquita retiram seus nomes da primeira página “por um natural escrúpulo”, que impediria a confusão entre o cargo político e a empresa em bom andamento.

Bom desempenho é o que a matéria de 1914 passa a narrar. Comentando a presença na redação de autores como Filinto de Almeida, Hyppolito da Silva (administrador), Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, Pereira Barretto e “outros escritores de valor”, afirma-se: “Era início de franca prosperidade”; para comprovar, são enumeradas as transformações: “a empresa adquiriu uma máquina Marinoni por seis contos e um motor de seis cavalos para mover seus três prelos ao mesmo tempo. Alargou ainda suas instalações e comprou material para uma oficina de obras”.

O veterano jornalista e político Rangel Pestana, contudo, “sentindo que o sopro gélido da realidade lhe apagava o facho deslumbrante do ideal que trazia aceso” cedeu a propriedade, no início de 1891, à Companhia Impressora Paulista, sob o comando do coronel Teixeira de Carvalho. Júlio de Mesquita permanecera como diretor político. Sem maiores explicações, a matéria informa a dissolução da Companhia Impressora e a propriedade de J. Filinto & Comp. Como sócio da firma, Júlio de Mesquita continua a redigir suas “Notas políticas”, destacando-se como “brilhante polemista”. Mais uma vez o texto traz nomes de colaboradores: Olavo Bilac, Coelho Netto, Euclides da Cunha, Santos Werneck, Paulo Egydio, Alberto Salles, L. Pereira Barretto.

Enfim, o sucesso do jornal se estabelece como indústria da informação: “De 1900 em diante, vai se assimilando a massa estrangeira, alarga-se a cultura popular, avigoram-se as indústrias, expande-se o comércio, avulta a riqueza da cidade e do Estado”. Orgulha-se o periódico de sua história: “É a maré favorável: a nau construída em 1875 navega em plena prosperidade, as velas soltas ao vento, a proa cortando as vagas com rumo certo ao futuro”. Dos comanditários de 1875, cujas origens estavam nas regiões cafeeiras de Araras, Campinas, Itu, Rio Claro, para um órgão de caráter industrial. Agora, de acordo com o artigo, os números de vulto são positivos – “em dezembro de 1907 a empresa proprietária do ‘Estado’ constituiu-se em sociedade

anônima com o capital de 350 contos. Posteriormente foi este elevado a 3.000:000\$000, dos quais 615:000\$000 realizados”; os investimentos podem avançar: “armado de tais recursos fornecidos pela confiança pública, o jornal ampliou sua aparelhagem e organização. Comprou aperfeiçoado prelo rotativo, montou linotipos etc. estabeleceu agências no Rio, Santos, Curitiba, Belo Horizonte, Lisboa e Roma, por meio das quais recebe correspondências e telegramas”. E as edições diárias passaram a média de “16 a 20 páginas, com ilustrações, e a tiragem média anda ao redor de 35.000 exemplares”.

“Progressos atuais” é a última seção do artigo que coloca o diário entre os mais importantes entre aqueles publicados no Brasil, utilizando, para isso, critério comparativo: “Mesmo na Capital Federal, apenas dois com ele podem correr parelhas, mas não está longe o dia em que serão superados por este robusto organismo que nasceu e vicejou no coração da mais afortunada região brasileira”, à liderança do jornal corresponderia a liderança de São Paulo.

O comentário sobre os negócios não poderia ser mais entusiasmado, uma vez que, por meio das publicações, vendas avulsas e assinaturas, a renda “expandiu-se de um modo maravilhoso”. Registra-se então a última tabela de rendimentos do jornal, na qual se “demonstram eloqüentemente” dados que mostram a prosperidade financeira do periódico: “A renda líquida foi de 277:060\$676 em 1909, enquanto que em 1912 chegou a 524:283\$562” e “a mais forte renda, que anteriormente a isso se originava das assinaturas, é hoje fornecida pelas publicações, quem em 1912 renderam 991:738\$640. A seguir, concorrem a venda avulsa, com 497:950\$920, e as assinaturas com 449:457\$020”.

A solidez da empresa permite a inserção do capital em negociações mais modernas, de rentabilidade mais fluida; além disso, o jornal informa o leitor a respeito da dimensão do movimento de seus produtos, números que satisfazem à ambição de se tornar uma liderança na imprensa nacional: “Animada com esses lisonjeiros resultados, a Sociedade Anônima ‘O Estado de S. Paulo’ em abril de 1912 lançou na praça uma emissão de debêntures na importância de 3.000:000\$000, a fim de efetuar melhoramentos de extraordinário alcance”, quais sejam, “adquiriu um terreno à rua 25 de Março, onde construiu suas

novas oficinas, incorporou ao seu patrimônio oito prédios na rua da Boa Vista, e ladeira do Porto Geral, destinados a abrir espaço ao futuro edifício principal”, além de investir nos equipamentos de produção, encomendando na Europa “esplêndida máquina Marinoni, linotipos, etc”. A importação da máquina colocaria *O Estado* “entre os mais bem aparelhados jornais do Brasil. É uma das maravilhas do engenho humano, saídas da acreditada fábrica francesa”. Explica ainda o artigo que “atualmente os prelos deste órgão de publicidade, na sua insaciável fome de papel, exigem 150.000 quilos de papel por mês. Para fabricá-los são necessários 600 ésteres de madeira de pinho da Rússia e Finlândia” consumo mensal correspondente “a 7.200 ésteres, ou sejam 36.000 pinheiros, por ano. Ora, como há 650 árvores, mais ou menos, num hectare das florestas russas, torna-se preciso o desflorestamento de cerca de 53 hectares por ano”.

De acordo com o texto, *O Estado* passava a ter metas mais ambiciosas quanto à linha de produção: “situado num centro ferro-viário de primeira ordem, donde partem múltiplas fitas de aço a ligar extensa e futura zona do país, esta folha está destinada a alcançar, dentro de um decênio, uma tiragem de 100.000 exemplares e uma influência que nenhum outro diário nacional obterá”. Essa é a aspiração, “o confortante desejo que estimula e fortalece a quantos labutam nesta casa, desde a redação à tipografia, com a consciência de que têm o dever de honrar os esforços de seus predecessores nos quatro decênios transcorridos”.

Para finalizar, a assertiva comum aos artigos comemorativos do jornal, ou seja, “que o ‘Estado de S. Paulo’, fiel ao programa de 1875, seja sempre, na sociedade brasileira, um elemento de cultura e prosperidade, pregando e promovendo a liberdade, a paz, o trabalho e o progresso”. Um jornal paulista para integrar a nação: “que, do alto da predestinada colina de Anchieta, ele voe diariamente em todas as direções, nas asas velozes das locomotivas, atravessando as montanhas de Minas, cortando as cochilas do Sul, vencendo os banhados e Mato Grosso”, qual novo símbolo da nação, “nova bandeira da Civilização, a continuar a obra histórica dos Raposos, Anhangueras e Fernão Dias”.